

Demonstrações Contábeis 2019

IRB Brasil RE

Líder em resseguros na América Latina



Lucro Líquido
+45%
R\$ 1,8 bilhão



Prêmio Emitido
+22%
R\$ 8,5 bilhões



Resultado de Underwriting
+31%
R\$ 1,5 bilhão

Relatório da administração

Período findo em 31 de dezembro de 2019



Senhores Acionistas

Submetemos à apreciação dos senhores o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis do IRB Brasil RE relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, bem como os Pareceres dos Auditores Atuariais Independentes.

As provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas Demonstrações Contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção (em conjunto denominada "Informações Atuariais") do IRB Brasil RE foram examinadas pela Ernst & Young (EY) na qualidade de auditores atuariais independentes, em atendimento aos requerimentos regulatórios, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e aos princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Em atendimento às práticas de governança do IRB, essas mesmas informações atuariais continuaram a ser também examinadas pela PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda., de forma que houve uma dupla auditoria atuarial independente.

As Demonstrações Contábeis consolidadas foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), associadas às normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis – *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores (RI) do IRB Brasil RE (<http://ri.irbre.com/ptb/central-de-resultados>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

I- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Com foco em atendimento de alta qualidade aos clientes, eficiência e nas pessoas, construímos em 2019 mais um ano de resultados sólidos do IRB Brasil RE, com crescimento do volume de prêmios e do lucro. Ao completarmos 80 anos de atuação, avançamos em transformação digital, antecipando o futuro do mercado de seguros e resseguros; nos tornamos uma *corporation*, empresa de capital difuso e sem acionista controlador e reafirmamos nossa liderança de mercado no Brasil e presença nos principais mercados da América do Sul.

Identificamos um cenário de mudança do mercado segurador e começamos a agir a partir de agora para capturar os benefícios de assumir a frente na resposta aos desafios representados por novas tecnologias e novos comportamentos do consumidor. Estamos investindo em inovação, com ênfase em transformação digital, em um processo que terá retorno em médio e longo prazos, mas que é essencial para a construção do futuro. Somos uma empresa ágil para criar produtos e serviços, o que nos torna, dentro do mercado segurador e ressegurador, a melhor opção para *fintechs*, *construtechs*, *healthtechs*, *logtechs* e *big techs* desenvolverem o negócio de seguros dessas novas empresas, mantendo, porém, o foco total em continuar atendendo nossa base de clientes e apoiando-os em sua transformação digital.

Nessa direção, subscrevemos 8,93% das ações da B3i, uma das principais iniciativas globais de desenvolvimento de novas tecnologias para o setor, incluindo o registro dos contratos de seguros por meio de uma plataforma *blockchain*, assumindo posição de vanguarda nesse tema crucial para os negócios.

Mantemos firme nossa estratégia de crescimento, com entrega de resultados consistentes. Identificamos perspectivas animadoras para 2020, com potencial de evolução especialmente no agronegócio, efeito do maior subsídio para o seguro rural, elevado pelo governo de aproximadamente R\$400 milhões em 2019 para cerca de R\$1 bilhão em 2020. A Federação Nacional de Seguros Gerais (Fenseg), por exemplo, estima que produtores reservem até 20% mais recursos para minimizar prejuízos às lavouras ou garantir rentabilidade no caso de forte oscilação de preços.

Outro *driver* de crescimento será o setor de óleo e gás, que está apresentando desempenho acima do Produto Interno Bruto (PIB) e deve ser uma alavanca importante para o setor de seguros em 2020. Há boas expectativas também para seguros patrimoniais, impulsionados pela retomada de lançamentos imobiliários vistos como alternativa de investimento em um cenário de juros em queda. Mais uma oportunidade vem da eliminação da obrigatoriedade de apólices anuais de seguros, determinada pela Susep em agosto, o que deve criar negócios para os quais já estamos preparados, como a oferta de apólices flexíveis, válidas por meses, dias, horas, ou quaisquer outros critérios estabelecidos no plano de seguro.

Estamos comprometidos em ser uma empresa extremamente eficiente e ágil, que atua com seriedade, mantém um estruturado modelo de gestão de riscos e prioriza a geração de resultados crescentes e sustentáveis. Com essa condição, reafirmamos iniciativas para manter nossa posição de liderança no Brasil e intensificar o processo de expansão internacional.

II- RECONHECIMENTOS

O desempenho do IRB Brasil RE foi reconhecido por diversos prêmios ao longo de 2019, destacando-se:

- Melhor Empresa da Bolsa, na categoria revelação. Criado pelo InfoMoney em parceria com a Ibmc e a Economática, o ranking avaliou empresas que abriram capital nos últimos três anos com base em três critérios: rentabilidade, desempenho das ações e práticas de governança corporativa.
- Primeiro lugar do ranking do Prêmio Broadcast Empresas, que analisou 190 companhias de capital aberto que negociam ações na B3, a bolsa paulista, e Destaque do Novo Mercado, por triplicar o valor de mercado desde a abertura do capital, em 2017.
- Latin America Executive Team 2019, da *Institutional Investor*, na categoria Instituições Financeiras, como melhor CEO, melhor CFO, melhor profissional de Relações com Investidores (RI), melhor time de RI e melhor programa de RI, além de segundo lugar em três categorias: *website*, *analyst day* e melhores práticas de governança.
- Líder no ranking das maiores empresas de resseguros do país, no anuário Valor 1000, que publica análise das mil maiores companhias do país a partir de comparações de demonstrações financeiras consolidadas.
- Melhor Empresa de Resseguros do Brasil, concedido pelo *International Financial Magazine* (IFM).
- Entre as três principais empresas do setor de Seguros, Previdência e Capitalização pelo *Estadão Empresas Mais*.

III- GOVERNANÇA CORPORATIVA

A partir de julho de 2019, a Companhia passou a ter capital pulverizado, deixando de ter acionistas controladores, o que reforçou o compromisso de adotar altos padrões de governança corporativa.

A condição de tornar-se uma *corporation* foi permitida por mudanças de regulamentação para o setor de seguros, determinadas pela Resolução nº 373 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Circular nº 589 da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Na sequência, União Federal e BB Seguros Participações, que integravam o bloco de controle da Companhia, realizaram oferta secundária e venderam 83,98 milhões de ações ordinárias. Com isso, o acordo de acionistas foi rescindido, tendo a União Federal mantido apenas uma única ação preferencial (*golden share*).

A estrutura de governança da Companhia é formada por Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria-Executiva e Comitês Executivos e Estratégicos que assessoram a Diretoria e o Conselho de Administração. Esses órgãos desempenham funções específicas, de forma a assegurar transparência e melhores práticas de gestão e supervisão do desempenho. Conta ainda com uma Secretária, que responde diretamente pelo apoio direto a todas as atividades do Conselho de Administração, bem como assegura que o fluxo de informações seja direcionado tempestivamente, de maneira segura, a todas as instâncias.

O Conselho de Administração é composto por oito membros titulares e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas para mandatos de dois anos, sendo permitida a recondução. É responsável por estabelecer as diretrizes e estratégias do negócio, avaliar a exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e integridade/conformidade, entre outras atribuições legais e estatutárias.

Seis comitês apoiam o Conselho de Administração (Governança Corporativa; Investimentos; Auditoria; Gestão de Pessoas; Gestão de Riscos e Subscrição), mantendo uma agenda regular de trabalho para acompanhamento, monitoramento e suporte da gestão do IRB Brasil RE.

O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador dos atos de gestão administrativa, em defesa da Companhia e dos seus acionistas. É instalado a pedido da Assembleia Geral dos Acionistas e atualmente integrado por quatro membros.

A Diretoria-Executiva é eleita pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos. No final de 2019, era integrada por um presidente e dois vice-presidentes (Financeiro e de Relações com Investidores e Riscos e Conformidade), que atuam com o apoio de 13 diretores não estatutários.

Os órgãos de fiscalização e controle devem desempenhar suas atribuições estatutárias observando os princípios estabelecidos na Política de Governança Corporativa, para assegurar a implantação de procedimentos eficazes de gestão.

Durante 2019 foram realizadas 45 reuniões do Conselho de Administração, 58 reuniões de Diretoria, 16 reuniões do Conselho Fiscal, 17 reuniões do Comitê de Auditoria, além de outras reuniões dos comitês dos órgãos de assessoramento.

Auditoria externa – O IRB Brasil RE e suas controladas adotam como procedimento formal certificar-se de que os auditores externos não sejam afetados quanto à independência e à objetividade necessárias ao desempenho de seu trabalho, adequando-se assim à Instrução CVM nº 381/03. No exercício de 2019, a PwC prestou à Companhia serviços adicionais no valor total de R\$ 2,1 milhões para emissão de cartas confortos no contexto da oferta de ações do IRB nos mercados brasileiro (local), americano (US) e internacional (Non-US) e auditoria atuarial. O valor corresponde a 48% dos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa. O valor do contrato de auditoria externa atuarial com a E&Y foi de R\$ 220 mil para 2019.

a) Gestão de Risco

A Companhia adota desde 2013 uma política de gestão de riscos, com o objetivo de reduzir riscos de subscrição, mercado, crédito, operacionais, estratégicos e regulatórios. Essa política é aprovada e revista pelo Conselho de Administração, sendo sua aplicação monitorada semestralmente pelo Conselho, trimestralmente pelos Comitês de Gestão de Riscos e de Auditoria e regularmente pela Diretoria da Companhia. O Conselho de Administração é responsável ainda por aprovar anualmente o *Appetite ao Risco* da Companhia.

A Administração considera que a estrutura operacional implantada, onde estão integrados os mapeamentos de processos, identificação e classificação de riscos e respectivos controles internos para a verificação da efetividade da operação, estão em linha com o *Enterprise Risk Management Framework do C.O.S.O.* que reflete as práticas mais avançadas de mercado.

A Companhia mantém uma Declaração de *Appetite* a Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, alinhada com os objetivos estratégicos presentes no plano de negócios.

Em 2019, O IRB Brasil RE recebeu da agência A.M. Best, a mais antiga empresa especializada em avaliação de riscos do segmento de seguros, um *upgrade* em sua classificação de risco para Rating A, em escala internacional, com perspectiva estável. De acordo com comunicado divulgado pela agência, *“As classificações de crédito refletem a solidez do balanço patrimonial do IRB, categorizada pela AM Best como mais forte, bem como desempenho operacional forte, perfil empresarial neutro e gestão de risco da empresa apropriada. A melhora nos ratings reflete a visão da AM Best em que a solidez do balanço do IRB mostrou melhora continuada a partir de um nível já alto de capitalização ajustada ao risco, levando em conta pagamentos de dividendos significativos ao longo dos anos, a maior flexibilidade financeira e governança corporativa reforçada após a oferta inicial de ações (IPO) na bolsa de valores brasileira em 2017.”*

Com a visão de que a gestão de riscos é responsabilidade de toda a organização – Conselho de Administração, Diretoria e colaboradores – o IRB segue o modelo de três linhas de defesa, estabelecendo em normativos internos os papéis e as responsabilidades para cada uma delas. A primeira linha de defesa é representada pelas áreas operacionais, abrangendo os gestores e responsáveis diretos pelos processos da Companhia. As Gerências de Riscos Corporativos e *Compliance* representam a segunda linha de defesa, enquanto a terceira linha é representada pela Auditoria Interna. Adicionalmente, as políticas de *Know Your Customer* e *Know your Employee* ajudam a mitigar riscos.

Foram executados em 2019 testes do Plano de Continuidade de Negócios e do Plano de Recuperação de Desastres, como cumprimento de exigências regulatórias e melhores práticas. Foram simulados cenários de indisponibilidade de acesso à sede do IRB e ao data center principal, no Rio de Janeiro, assim como de falha absoluta em redes de comunicação de voz e dados. Todos os sistemas críticos foram também testados no site de contingência em São Paulo.

Os órgãos de fiscalização e controle devem desempenhar suas atribuições estatutárias observando os princípios estabelecidos na política de Governança Corporativa, sempre com vistas a colaborar na implantação de procedimentos eficazes.

b) Ética e Integridade

A Companhia possui uma série de códigos e políticas que demonstram seu compromisso com a manutenção da integridade e da ética em suas atividades, como: (i) Código de Ética e Conduta, (ii) Política de Governança Corporativa, (iii) Política de Gestão de Riscos, (iv) Política de *Compliance*, (v) Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, (vi) Política de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção, (vii) Política de Segurança da Informação e (viii) Política de Alçadas. Em 2019, foram revisadas as Políticas de *Compliance* e Gestão de Riscos, e publicada uma atualização da Cartilha de Prevenção à Fraude.

Em 2019, foi criado o Programa de Integridade, onde foram consolidadas as práticas de *compliance* e governança, com o objetivo de assegurar que a Companhia mantenha de forma eficaz e eficiente a conformidade com os seus normativos internos e externos, com agilidade e transparência em suas ações. Ele é segmentado em oito frentes de atuação (Patrocínio da Alta Administração; *Compliance* Regulatório; Estrutura Integrada de Gestão de Riscos; Controles Internos; Tecnologia de Informação; Prevenção à Fraude, à Corrupção, ao Conflito de Interesses, à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo; Treinamento e Comunicação; e Alinhamento Global), auxiliando ainda a enfrentar os desafios de um mercado competitivo e globalizado.

São realizados treinamentos anuais para 100% dos colaboradores, bem como na admissão ou progressão de carreira.

A Companhia possui um Canal de Ética Corporativa independente, acessível em seu *website*, com garantia de sigilo e anonimato.

IV- INOVAÇÃO

O IRB Brasil RE tem ampliado os investimentos em inovação, consciente de que o mercado de seguros e resseguros será completamente diferente num futuro muito próximo, refletindo novas tecnologias e mudança de comportamento dos consumidores. Como líder do setor no Brasil, se posicionou como *benchmark* do mercado e motor da transformação digital. E se prepara, assim, para também apoiar os clientes em seus processos de digitalização.

A ênfase está em firmar parcerias para desenvolver soluções com *startups* e *fintechs*. O IRB oferece uma incomparável base de dados de mercado, tecnologia e expertise para gestão de subscrição e precificação, entre outros. Exemplo é o acordo firmado com o recém-lançado banco digital C6 e o braço de seguros da *fintech*, pelo qual a Companhia terá preferência nos negócios de seguro prestamista gerados pelos canais de distribuição do banco ao longo de dez anos. O IRB vai reter 85% das operações, enquanto o segurador da *fintech* terá 15%.

Como parte de seu modelo de inovação aberta, a Companhia apoia desde 2018 o *Insurtech Innovation Program*, desenvolvido em parceria com a Mongeral Aegon e PUC-Rio, com o objetivo de realizar pesquisas e inovação na área de seguros e resseguros. Mobilizou cerca de 1 mil alunos, de 15 instituições diferentes, que apresentaram 42 projetos, dos quais 13 já aprovados e em aceleração.

O IRB está se aprofundando no uso da tecnologia *blockchain*, uma espécie de banco de dados em que as operações são agrupadas em blocos e o registro fica descentralizado como medida de segurança. O objetivo é diminuir o custo com fraudes, erros humanos e intermediações desnecessárias para assegurar uma informação mais rápida, segura e barata.

Nessa direção, subscreveu 8,93% do capital da B3i Services AG, uma iniciativa global de desenvolvimento de novas tecnologias para o setor de seguros e resseguros, controlada por 17 companhias do setor. B3i é uma plataforma global de registro de operações por meio de *blockchain*, que deve permitir ganhos de velocidade, transparência, segurança, padronização e integração de dados.

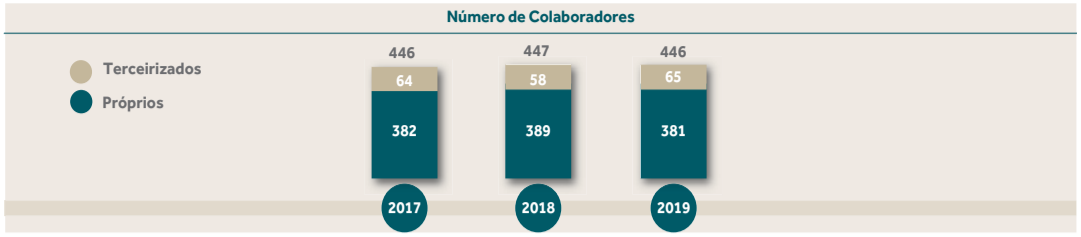
Em outra frente, participou em novembro da Expo ABGR – maior evento de gerenciamento de risco da América Latina – quando apresentou dois projetos: *Falcon*, para gerenciar seguros paramétricos e acelerar o pagamento de indenizações, e *Cat Hazard*, que pretende monitorar eventos catastróficos por meio de redes sociais e assim tornar a precificação de seguros ainda mais precisa. As soluções apoiam-se na tecnologia *blockchain* e no monitoramento de redes sociais, respectivamente.

V- DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

a) Capital Humano

As pessoas estão no centro de dois valores do IRB Brasil RE: Espírito de Equipe, pelo entendimento de que os colaboradores formam um time e que a Companhia cresce com as diferenças e o respeito aos outros; e Reconhecimento, com a valorização dos profissionais que fazem o IRB acontecer e a celebração de cada conquista.

No encerramento de 2019, atuavam na Companhia 446 colaboradores, sendo 381 empregados próprios e 65 terceirizados. Entre os empregados, 53% eram homens e 47%, mulheres. Dos cargos de gestão, 40% são ocupados por mulheres. A taxa de rotatividade no ano foi de 10,2% (19,9% em 2018).



Atento ao bem-estar de seus colaboradores, o IRB realiza campanhas anuais de engajamento, em parceria com a consultoria Mercer. Em 2019, foi criado o Comitê de Engajamento, que envolve diferentes áreas, percepções e ideias para assegurar um ambiente de trabalho saudável, com equipes e colaboradores comprometidos. Outras iniciativas incluem o Programa de Qualidade de Vida e campanhas com o foco na saúde, como as de vacinação. No ano, foi montada uma sala de convivência, com espaço para leitura, prática de jogos coletivos e integração entre os empregados. E por meio do programa Jovem Aprendiz é promovida a inclusão social. Em 2019, 19 jovens foram convertidos em estagiários, dos quais 21% foram efetivados.

Para manter e atrair talentos, é oferecido um pacote de benefícios que inclui plano de saúde e odontológico aos colaboradores e seus dependentes, seguro de vida, vale-refeição, vale-alimentação, vale-transporte e reembolso para educação dos filhos prevista em acordo coletivo de trabalho. Adicionalmente, 91% dos empregados aderiram ao plano de previdência complementar, que tem participação da Companhia.

O Código de Conduta do IRB estabelece o repúdio a qualquer ação de assédio moral, sexual e práticas discriminatórias no que diz respeito a cor, raça, etnia, orientação sexual, religião ou outras. Nesse sentido, apoia também a liberdade de associação e mantém uma relação sindical sem conflitos, greves ou paralisações nos últimos três anos.

b) Aspectos Sociais

A Companhia expressa seu compromisso de promover o desenvolvimento da sociedade por meio de iniciativas próprias, apoios e parcerias na execução de projetos de responsabilidade social, assim como patrocina ações socio culturais com recursos de incentivos fiscais. O foco principal é contribuir para a melhoria de vida de crianças, adolescentes e idosos, prioritariamente, na área de saúde.

São promovidas também atividades para grupos em vulnerabilidade social, escolas e instituições sociais, com o objetivo de proporcionar novas experiências e ampliar a perspectiva de vida de pessoas a partir de melhorias significativas em sua educação e qualidade de vida.

Fornecedores – São adotados critérios rigorosos na contratação de fornecedores, incluindo, por exemplo, a política de *Know Your Supplier* (KYS), em que uma *due diligence* é realizada antes da assinatura dos contratos para assegurar que seus fornecedores cumpram a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como não utilizem trabalho infantil ou escravo e adotem práticas que evitem eventual sinistro ou passivo socioambiental.

c) Aspectos Ambientais

O IRB Brasil RE tem adotado práticas que visam reduzir os danos ao meio ambiente, como a digitalização de processos físicos, programa de reciclagem de lixo, não utilização de copos plásticos, uso eficiente de água e luz e a contratação de empresa certificada para o descarte do lixo eletrônico. Desde 2017, os empregados da companhia participam das iniciativas de redução da produção de resíduos, por meio do programa Reduza Seus Resíduos. Cada colaborador recebeu um copo reutilizável – chamado Menos 1 Lixo – e, na sequência, uma caneca de cerâmica para o cafezinho. Com a iniciativa, deixou-se de utilizar, anualmente, mais de 370 mil copos plásticos de água e outros 110 mil de café.

Em 2019, foi instalado sistema de automação energética do prédio-sede, no Rio de Janeiro, pelo qual o consumo energético pode ser acompanhado de maneira remota. Em uma segunda fase, será possível também remotamente acender e apagar luzes e acionar a refrigeração. Está previsto também instalar um novo sistema de controle de uso de água, detectando desperdícios. Esse prédio conta também com telhado verde, com cobertura vegetal que proporciona benefícios como, por exemplo, redução da temperatura interna e consequente economia de energia, isolamento acústico e bicicletário com tomadas para bicicletas elétricas.

No prédio da filial de São Paulo há reutilização de água de chuva, vidros projetados para reduzir calor interno e, consequentemente, consumo de energia, bicicletário e tomadas para carregar carro elétrico. O edifício tem certificação Leed Core Shell prata concedida pela *Green Build Council* para construções autossustentáveis.

d) Responsabilidade Social Corporativa

O mercado de resseguros guarda grande relação com o desenvolvimento econômico do País. No IRB Brasil RE, o desenvolvimento da sociedade é mais que um aspecto importante, faz parte da nossa estratégia. Por meio de iniciativas próprias, patrocínios, apoios e parcerias, investimos para melhorar a vida em sociedade, gerando propósito e construindo laços responsáveis com o mundo em que vivemos e com as pessoas com as quais nos relacionamos.

No campo social, em 2019, investimos R\$ 2,23 milhões, sendo R\$ 1,87 milhão em patrocínios via leis de incentivo fiscal – Pronon, Pronas, FIA e Fundo do Idoso. A estratégia de seleção priorizou projetos que promovem a saúde e a qualidade de vida, com foco em crianças, adolescentes e idosos. A partir dessa estratégia, foram selecionadas oito iniciativas de instituições como FioCruz (RJ), Fundação do Câncer (RJ), Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – RJ e SP), Hospital de Amor (antigo Hospital de Câncer de Barretos – SP), Hospital Angelina Caron e Hospital Pequeno Príncipe, ambos em Curitiba (PR).

Além do investimento social viável de incentivo, realizamos ações sociais estratégicas voltadas para o engajamento de nossos colaboradores, o acesso à cultura e o bem da sociedade em geral. Destacamos entre elas, (i) apadrinhamento de volta às aulas de quase 160 crianças, que receberam kit de material escolar completo; (ii) arrecadação de alimentos para as vítimas das chuvas que afetaram a cidade do Rio de Janeiro em abril; (iii) evento de Dia das Crianças, que integrou filhos de colaboradores e menores assistidos pelo Projeto Sem Barreiras; (iv) apadrinhamento de Natal de 244 crianças pelos funcionários; (v) campanha de arrecadação de alimentos realizada pelos estudantes do *Insurtech Innovation Program*, iniciativa de *open innovation* da Companhia; e (vi) promoção de sete visitas guiadas ao Museu do Amanhã, levando cultura e conhecimento para aproximadamente 210 crianças, adolescentes e adultos.

O impacto social também foi priorizado na seleção dos patrocínios esportivos. Foram investidos R\$500 mil, por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, em três projetos. O Sem Barreiras, iniciativa idealizada pelo IRB em parceria com a medalhista de vôlei Adriana Samuel, oferece, em um único local, três modalidades olímpicas – judô, atletismo e vôlei – para aproximadamente 170 crianças e jovens da região do Estádio e entorno, no centro do Rio de Janeiro. O Reação Faixa Preta, do Instituto Reação, que promove o desenvolvimento humano e a inclusão social por meio da prática de judô, desde a iniciação esportiva até o alto rendimento. São 1.600 crianças, adolescentes e jovens em nove polos espalhados pela cidade do Rio de Janeiro. Já a Escolinha de Vôlei Adriana Samuel – projeto que está em atividade há quatro anos e já atendeu mais de 800 crianças em Deodoro, zona oeste do Rio – oferece aulas de vôlei de praia para cerca de 80 menores, entre 7 e 16 anos, em situação de vulnerabilidade social.

A estratégia de impulsionar o acesso à cultura, por meio de projetos enquadrados na Lei de Incentivo à Cultura, prioriza restauração e manutenção de museus, grandes exposições e projetos relacionados à música.

Nesse contexto, foram investidos R\$ 2,75 milhões em três projetos culturais. Entre eles, o Museu do Amanhã que, em 2019, recebeu aproximadamente 836 mil visitantes; o Museu de Arte do Rio (MAR), símbolo da revitalização da zona portuária carioca, que conta com mais de 30 mil itens no acervo e promove exposições, eventos e programas educativos ligados à história e à cultura da cidade; e a Pinacoteca de São Paulo, museu de arte mais antigo da cidade, que realiza mostras de sua renomada coleção de arte brasileira e exposições temporárias de artistas nacionais e internacionais, além de abrigar um programa educativo abrangente e inclusivo.

O Programa de Voluntariado foi realizado por meio de três projetos – "Cuidando dos seus", "Ler é amor" e "Saúde é vida" – com atividades planejadas anualmente. Entre elas, destaca-se o Bazar Solidário, que beneficia regularmente duas instituições; e o Programa de Doação de Sangue, que já possibilitou o banco de sangue da Santa Casa de Misericórdia, no Rio, salvar até 560 vidas. Em dezembro de 2019, o Programa de Voluntariado encerrou as atividades, e os voluntários tornaram-se Multiplicadores Sociais, participando ativamente da concepção, desenvolvimento, planejamento e realização de nossos projetos sociais.

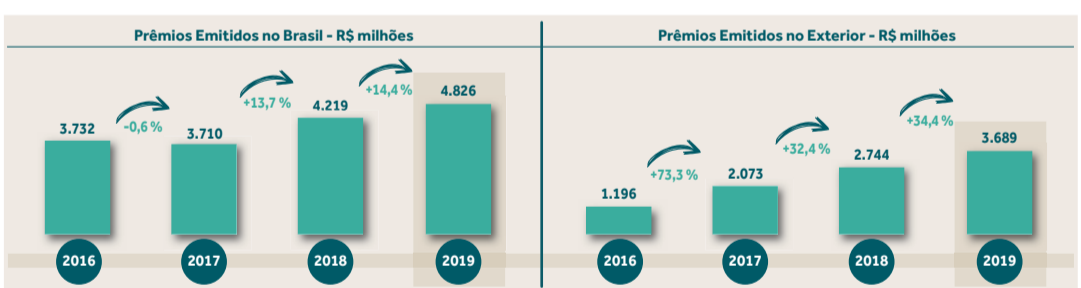
VI- DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

a) Prêmio Emitido

O volume total de prêmio emitido pela Companhia foi de R\$8.515 milhões, 22,3% acima do registrado em 2018.



Do total de prêmio emitido pela Companhia, R\$4.826 milhões foram emitidos no Brasil (56,7% do total) e R\$3.689 milhões no exterior (43,3%).



No ano de 2019, o volume total de prêmio emitido no Brasil pelo IRB avançou 14,4% em relação à 2018. O maior volume de prêmios emitidos no Brasil refere-se ao segmento patrimonial, correspondente a 33% do total. Outros destaques foram: rural (23%) e riscos especiais (14%).

O total do prêmio emitido no Exterior cresceu 34,4%, com destaque para o segmento vida, o qual assumiu a liderança, com 37% do volume total de prêmio emitido, seguido por patrimonial (25%) e rural (19%), mesmos setores em que a Companhia tem expertise em sua atuação local.

b) Índice de Retrocessão

O índice de retrocessão da Companhia foi de 25,9% em 2019 ante 26,9% em 2018, um recuo de 1 p.p..

Historicamente, a Companhia já apresentou redução relevante em seu índice de retrocessão. O índice de retrocessão passou de 30,0% em 2017 para 25,9% em 2019, uma redução de 4,1 p.p..

Esta diminuição no custo, com a manutenção de cobertura dos valores ressegurados, foi possível em função da confiança dos seus retrocessionários no bom histórico de sinistralidade apresentado pela Companhia, pelo upgrade de rating pela A.M. Best, de A- para A, em escala global, e pela melhoria de governança com a mudança para status de *Corporation*.



c) Prêmio Retido

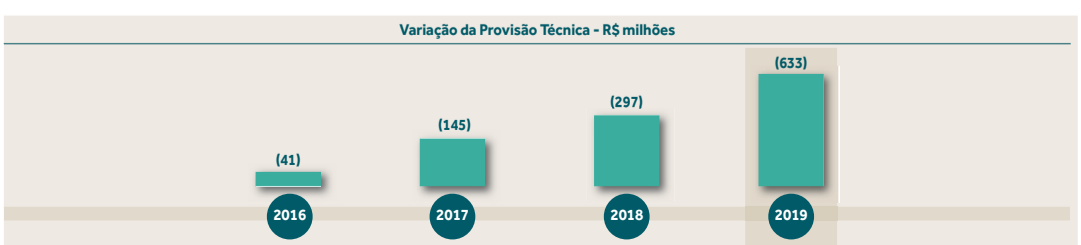
O total de prêmio retido totalizou R\$6.307 milhões no encerramento de 2019, comparativamente a R\$5.094 milhões no ano anterior, com crescimento de 23,8%.



d) Variação da Provisão Técnica

A variação das provisões técnicas tem o papel de reter valores que são fruto de um incremento do prêmio retido pela Companhia, de forma a impedir que todo seu valor seja levado, prematuramente, para o prêmio ganho e consequentemente para o resultado da Companhia. Com o passar do tempo de cobertura das apólices, em função da performance dos negócios e do prazo para que os riscos expirem, essa provisão poderá ser levada para prêmio ganho e consequentemente para o resultado.

O total da variação das provisões técnicas saiu de R\$297 milhões em 2018 para R\$633 milhões em 2019, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Relatório da administração

Período findo em 31 de dezembro de 2019



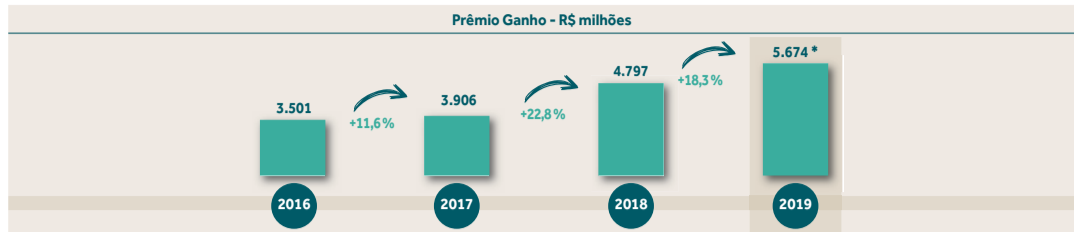
IRB Brasil RE
Líder em resseguros na América Latina

REAL FIDUCIARIE

continuação

e) Prêmio Ganho

O prêmio ganho foi de R\$5.674 milhões em 2019, crescimento de 18,3% sobre 2018, como efeito do maior volume de prêmio emitido, que cresceu 22,3%, parcialmente compensado pelo crescimento das provisões técnicas.



O triângulo de desenvolvimento dos prêmios ganhos por ano de subscrição permite observar a evolução por safras. Através desta ferramenta, pode-se aferir que os prêmios ganhos em um exercício derivam das subscrições feitas no exercício atual, bem como em anos precedentes. Desta forma, se considerarmos a mesma dinâmica de reconhecimento de prêmios ocorrida em 2017 e 2018, teremos um volume expressivo de prêmios para o exercício de 2020 oriundos de contratos já pactuados. Isso demonstra a resiliência da dinâmica de prêmios ganhos da Companhia.

Ano Subscrição	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Prêmio Ganho no ano	329.564	890.871	1.017.172	1.219.507	1.799.128	1.868.866	
Um ano depois	2.047.290	2.638.664	3.209.335	3.217.313	4.531.245		
Dois anos depois	2.411.088	2.924.329	4.068.349	3.760.729			
Três anos depois	2.488.187	2.986.376	4.347.698				
Quatro anos depois	2.512.890	2.987.319					
Cinco anos depois	2.522.819						
Prêmio ganho acumulado	2.522.819	2.987.319	4.347.698	3.760.729	4.531.245	1.868.866	
Prêmio ganho em 2019	9.929	943	279.349	543.416	2.732.117	1.868.866	5.434.620
Prêmio ganho em 2019 de anos anteriores a 2014							45.955
Prêmio ganho de riscos vigentes mas não emitidos							(2.551)
Prêmio ganho Sucursal Argentina							143.977
Total de prêmio ganho incluído no balanço							5.622.001

* A diferença de R\$52 mi entre o total do prêmio ganho em 2019 da tabela para o gráfico, se refere à R\$18 mi de juros de prêmios e R\$34 mi de variação das provisões técnicas – outras provisões.

Nota: informação extraída da nota 2.4.2 das demonstrações financeiras (item Prêmio Ganho Acumulado Líquido de Retrocessão)

f) Sinistro Retido

No ano de 2019, o índice de sinistralidade total da Companhia foi de 51,1%, contra 55,9% em 2018, uma melhora de 5 pontos percentuais. A rubrica de sinistro retido possui dois componentes principais: a PSL (Provisões de Sinistros a Liquidar), que reflete os avisos de sinistros que a Companhia recebeu no período, e a IBNR (Incurred But Not Reported), que se refere, essencialmente, a uma provisão atuarial feita pela Companhia em bases estatísticas para se prevenir de futuros avisos de sinistros. Há ainda um terceiro item a impactar o sinistro retido que são os salvados e ressarcimentos, os quais refletem a capacidade da Companhia de recuperar valores de sinistros pagos.

No ano de 2019, a sinistralidade retida medida pela PSL da Companhia correspondeu a 53,5% do prêmio ganho, praticamente em linha com o ano anterior, que foi de 52,6%. Em termos nominais, a PSL passou de uma constituição líquida de R\$2.500 milhões em 2018 para R\$3.035 milhões em 2019.

A sinistralidade medida pela IBNR/Outros correspondeu a 4,6% do prêmio ganho em 2019 ante uma sinistralidade medida pelo IBNR de 8,8% em 2018. Em termos nominais, o IBNR passou de uma constituição líquida de R\$423 milhões em 2018 para uma constituição líquida de R\$264 milhões em 2019.

Em termos nominais, o valor dos salvados e ressarcimentos retidos passou de R\$241 milhões em 2018 para R\$401 milhões em 2019.

f1) Triângulo de Sinistros

O triângulo de desenvolvimento dos sinistros por ano de subscrição permite observar a evolução dos sinistros por safras* comparando-os ao triângulo de prêmio ganho também por safras.

O triângulo de sinistros traz os avisos de sinistros recebidos pela Companhia, por ano de subscrição (safra), a evolução de IBNER alocado para cada ano de subscrição (que junto com sinistros avisados compõem a base da PSL), bem como o IBNR alocado por ano de subscrição. O triângulo traz também o impacto gerado pela variação cambial das provisões de sinistros e dos respectivos ativos de retrocessão de forma a permitir que, uma vez excluído esse componente de variação cambial, que afeta a linha de despesas financeiras da Companhia, se tenha bases comparáveis para aferir a sinistralidade por ano (safra) de subscrição.

1. Demonstrações Financeiras, nota explicativa 2.4.2 - Desenvolvimento de prêmios e sinistros.

f1.a) Triângulo de Sinistro Bruto de Retrocessão

Apresentamos abaixo o triângulo de sinistros bruto de retrocessão exposta na nota explicativa 2.4.2 das demonstrações financeiras:

Ano Subscrição	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Sinistros avisados no ano	293.187	656.095	330.900	346.916	148.897	534.256	
Um ano depois	1.331.605	2.184.610	1.970.743	1.948.886	2.758.119		
Dois anos depois	1.709.391	2.588.521	3.151.953	3.537.810			
Três anos depois	1.775.186	2.811.394	4.021.470				
Quatro anos depois	1.834.823	2.826.539					
Cinco anos depois	1.863.509						
Estimativa corrente de sinistros acumulados (a)	1.863.509	2.826.539	4.021.470	3.537.810	2.758.119	534.256	15.541.703
(i) Variação Cambial (b)	(63.038)	(106.723)	(305.147)	(387.606)	(170.221)	(24.162)	(1.056.897)
(-) Pagamentos acumulados até a data-base	(1.735.546)	(2.652.906)	(3.441.802)	(2.773.389)	(1.969.147)	(271.270)	(12.844.060)
Passivo reconhecido no balanço (c)	127.963	173.633	579.668	764.421	788.972	262.986	2.697.643
IBNER (d)	4.875	7.242	22.411	28.731	29.710	10.068	103.037
IBNR (e)	23.550	33.033	71.653	110.073	810.780	1.059.530	2.108.619
Passivo em relação a anos anteriores a 2014 (f) (*)							892.509
Variação cambial anteriores a 2014							(383.951)
Total do passivo incluído no balanço (c)+(d)+(e)+(f)							5.801.808
(ii) Sinistralidade após variação cambial (a+b+d+e)/(g)	52%	65%	62%	66%	58%	60%	

f1.b) Triângulo de Sinistro Líquido de Retrocessão

Apresentamos abaixo o triângulo de sinistros líquido de retrocessão exposta na nota explicativa 2.4.2 das demonstrações financeiras:

Ano Subscrição	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Sinistros avisados no ano	194.043	325.364	202.896	305.449	116.046	194.641	
Um ano depois	981.979	1.506.852	1.508.804	1.528.694	2.283.173		
Dois anos depois	1.252.197	1.833.732	2.547.883	2.775.240			
Três anos depois	1.234.278	1.911.911	2.983.123				
Quatro anos depois	1.271.674	1.915.968					
Cinco anos depois	1.286.241						
Estimativa corrente de sinistros acumulados (a)	1.286.241	1.915.968	2.983.123	2.775.240	2.283.173	194.641	11.438.386
(i) Variação Cambial (b)	(46.974)	(40.577)	(193.367)	(276.207)	(142.726)	(22.481)	(722.332)
(-) Pagamentos acumulados até a data-base	(1.204.153)	(1.832.808)	(2.733.281)	(2.296.631)	(1.810.851)	(77.872)	(9.955.596)
Passivo reconhecido no balanço (c)	82.088	83.160	249.842	478.610	472.322	116.769	1.482.790
IBNER (d)	2.984	3.023	9.082	17.397	17.169	4.244	53.900
IBNR (e)	12.188	16.525	48.984	75.898	583.951	847.485	1.585.031
Passivo em relação a anos anteriores a 2014 (f) (*)							235.598
Variação cambial anteriores a 2014							8.997
Total do passivo incluído no balanço (c)+(d)+(e)+(f)							3.357.319
(ii) Sinistralidade após variação cambial (a+b+d+e)/(g)	50%	63%	66%	69%	61%	55%	

(i) A sinistralidade por ano de subscrição após variação cambial é apurada sem os efeitos cambiais, pois tais efeitos são contabilizados no resultado financeiro, conforme Circular SUSEP 517, demonstrando assim a mesma forma de apuração de índice de sinistralidade contábil utilizado pela Companhia.

A variação dos ativos financeiros que geram a proteção econômica para essa posição de passivo em moeda estrangeira também é contabilizada no resultado financeiro, conforme Circular SUSEP 517. Assim, isolando-se os efeitos da variação cambial tem-se o real efeito comparativo do desenvolvimento dos sinistros com o desenvolvimento dos prêmios ganhos em cada ano de subscrição (safras).

(ii) A sinistralidade por ano de subscrição demonstrada no triângulo não contempla os valores de salvados e ressarcimentos (parte integrante da atividade operacional de resseguros) obtidos em cada ano, os quais compõem a sinistralidade contábil do exercício – prática usualmente adotada pelos preceitos de solvência II e pelos principais resseguradores globais.

O terceiro componente dos sinistros que são salvados e ressarcimentos não são componentes do triângulo de sinistros, entretanto devem ser considerados para a apuração da real sinistralidade da Companhia, a exemplo do que ocorre com os principais resseguradores globais. Segundo a dinâmica de provisionamento da Companhia, é feita uma estimativa prudente de sinistralidade para o provisionamento, principalmente para anos de subscrição recentes. Desta forma, espera-se que parte das margens das provisões constituídas sejam revertidas em exercícios futuros quando os riscos expirarem.

f2) Salvados e Ressarcimentos

O IRB Brasil RE e suas cedentes, seguindo as diretrizes contratuais estabelecidas, ativamente buscam valores passíveis de ressarcimento, administrativamente e por meio de acordos e processos judiciais.

A linha de salvados e ressarcimentos é considerada relevante nos negócios da Companhia, como acontece com os resseguradores em operação por longo tempo.

A Companhia desde a sua privatização estruturou uma área dedicada a recuperação de salvados e ressarcimentos ciente do quão importante poderia se tornar essa linha para seus resultados, como ocorre com as principais resseguradoras do mundo de longa atuação, assim apresentamos abaixo uma síntese dos valores de salvados e ressarcimentos reconhecidos nos exercícios de 2018 e 2019:

R\$ milhões	2018	2019
Salvados e ressarcimentos brutos de retrocessão	268	788
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário	(27)	(386)
Salvados e ressarcimentos efetivos retidos	241	401

Adicionalmente, apresentamos abaixo uma síntese dos vários processos judiciais movidos pela Companhia e pelas suas cedentes com vistas a recuperação de salvados e ressarcimentos que não estão reconhecidos de forma alguma no ativo da Companhia nem tampouco reduzem a PSL e em nada impactaram seu resultado até o momento, mas constituem potencial de afetar positivamente o resultado futuro:

Objeto	Quantidade	Valor atualizado, líquido de retrocessão
Laudo pericial	98	R\$ 874.741.182,25
Decisão favorável de 1ª instância	47	R\$ 399.554.477,18
Decisão favorável de 2ª instância	4	R\$ 1.857.527,66
Decisão no STJ	30	R\$ 68.195.619,28
Decisão aguardando STF	4	R\$ 3.931.607,53
Execução	68	R\$ 1.408.802.791,73
Em fase de encerramento/negociação de acordo	50	R\$ 624.625.896,21
TOTAL	301	R\$ 3.381.709.101,85

Assim, não se trata de casos cuja efetivação dependa exclusivamente dos esforços da Companhia, mas têm potencial de continuar a contribuir para os resultados da Companhia.

f3) Sinistros de anos anteriores a 2014

O saldo de sinistros de anos anteriores a 2014, na visão líquida de retrocessão, totalizou R\$ 236 milhões em 2019, comparativamente ao saldo de R\$ 1.016 milhões em 2018.

A dinâmica do negócio fará com que sempre haja movimentação de saldo de passivo de anos anteriores, visto que os riscos passam a expirar (o que impacta especialmente o IBNR/IBNER), os sinistros vão sendo pagos e as disputas judiciais chegam ao seu término.

Porém, a medida que os anos vão passando, haverá a constituição de provisões adicionais para os novos riscos que farão parte da carteira da Companhia até sua próxima materialização, ou não, quando os contratos deverão expirar.

Bruto de Retrocessão	Líquido de Retrocessão
Passivo em 2018	Passivo em 2018
Variação Estimativa (Expectativa) de Salvados e Ressarcimentos (242)	Variação Estimativa (Expectativa) de Salvados e Ressarcimentos (65)
Sinistros Pagos (386)	Sinistros Pagos (296)
Sinistros Administrativos Encerrados* (203)	Sinistros Administrativos Encerrados* (170)
Sinistros Judiciais Encerrados* (139)	Sinistros Judiciais Encerrados* (82)
Variação IBNER (49)	Variação IBNER (33)
Variação IBNR (164)	Variação IBNR (134)
Passivo em 2019	Passivo em 2019
893	236

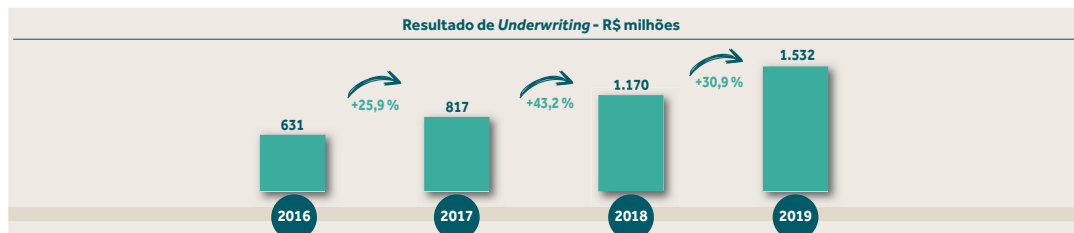
(*) Encerrados com pagamento.

Nota 1: a estimativa(expectativa) de salvados e ressarcimentos no valor de R\$ 65 milhões apontada acima para os anos anteriores a 2014 soma-se a uma variação de mais R\$ 35 milhões para os anos de subscrição posteriores a 2014, representando um impacto total de apenas R\$ 100 milhões na redução da base da PSL do exercício de 2019.

No triângulo de sinistros exposto no item (f1), é possível verificar que ao considerarmos o ano de 2019, período que já concentra a carteira mais atual da Companhia, houve constituição de R\$968,5 milhões de provisões de sinistros (R\$116,8 milhões de PSL e R\$851,7 milhões de IBNR), na visão líquida de retrocessão, uma preparação para os próximos contratos que deverão expirar mais adiante.

g) Resultado de Underwriting (Underwriting)

O resultado de underwriting totalizou R\$1.531,9 milhões, evolução de 30,9% sobre R\$1.169,6 milhões registrados em 2018. Esse avanço reflete a combinação dos principais fatores demonstrados anteriormente.



h) Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R\$283,1 milhões, crescimento de 24,1% sobre o ano anterior. O valor é equivalente a 5,0% de prêmios ganhos, praticamente em linha com o índice referente a 2018 (4,8%).

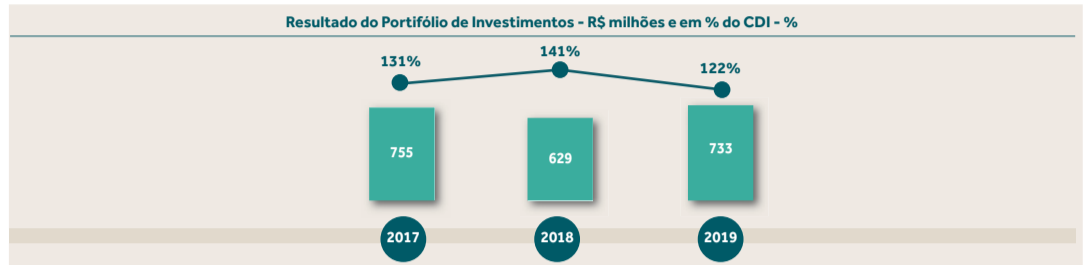


O principal fator a impactar a despesa administrativa foi o benefício pós-emprego, pois as oscilações entre ativos e passivos dos planos de benefício previdenciário/saúde dos empregados ativos e inativos da Companhia, que em 2018 geraram uma contribuição positiva de R\$65,4 milhões para as despesas administrativas da Companhia, no ano de 2019 contribuíram com apenas R\$5,4 milhões. Os planos de benefício previdenciário, conforme se observa na Nota Explicativa 26.5 das Demonstrações Financeiras, estão superavitários e possuem alocação de ativos pautada em seu ALM (Assets and Liabilities Management). Em sua grande maioria, os ativos encontram-se marcados na curva com valor inferior a seu valor de mercado, o que sinaliza o seu potencial de continuar a gerar superávits futuros, mesmo em um cenário de taxas de juros historicamente baixas.

i) Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado da controladora e de suas subsidiárias/sucursais foi R\$733,5 milhões em 2019, ante R\$628,9 milhões em 2018, incremento de 16,0% no período.

A performance da gestão dos referidos ativos financeiros consolidados da controladora e de suas subsidiárias/sucursais foi de 122% do CDI no ano de 2019. O desempenho é decorrente, especialmente, de alocações estratégicas realizadas em títulos públicos pré-fixados e indexados à inflação, que foram impactados positivamente por conta do fechamento das taxas de juros em 2019, bem como operações táticas cambiais e em renda variável.



A carteira de investimentos da Companhia teve redução comparando-se a 31 de dezembro de 2018, decorrente, primordialmente, (i) do pagamento de dividendos ocorrido em abril de 2019, (ii) do pagamento de JCP ocorrido em dezembro de 2019, (iii) do volume relevante de pagamento de sinistros, com efeito caixa imediato, porém, cuja recuperação perante as retrocessionárias não se dá de forma simultânea, seguindo bases específicas dos contratos de proteção.

Ademais, cabe esclarecer que, com o novo cenário da taxa Selic no menor nível histórico, a Companhia tem priorizado negociar condições contratuais que impliquem descontos nos pagamentos de sinistros mediante aceleração dos pagamentos dos mesmos, que beneficia a linha de juros de sinistros.

Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 145 da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, o IRB Brasil RE declara possuir capacidade financeira compatível com as suas operações.

j) Abertura do Resultado das Operações com Shopping Centers (aluguel e venda):

O ano de 2019 foi marcado pela venda expressiva da participação de shopping centers da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

R\$ milhões	2019
Ganho de Capital Líquido - Venda dos Shopping Centers	103,4
Receita de Aluguel	43,3
Resultado financeiro	74,3
Impostos e Contribuições	

Demonstrações contábeis

Período findo em 31 de dezembro de 2019



IRB Brasil RE
Líder em resseguros na América Latina

REAL PUBLICIDADE

continuação

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE		10.157.057	10.303.230	10.984.936	10.374.000
DISPONÍVEL		24.895	27.001	35.864	43.131
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.895	27.001	35.864	43.131
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	6	826.938	2.551.911	1.232.818	2.595.474
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES	7.1	5.476.120	4.490.903	5.476.120	4.491.002
Operações com seguradoras	7.2	3.846.247	3.166.192	3.846.247	3.166.192
Operações com resseguradoras	7.2	1.510.039	1.304.416	1.510.039	1.304.416
Outros créditos operacionais	7.2	153.645	56.569	153.645	56.668
(-) Provisão para riscos de créditos	7.3	(33.811)	(36.274)	(33.811)	(36.274)
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS		3.595.969	3.055.590	3.595.969	3.055.607
Prêmios - retrocessão	9.2	1.143.675	929.100	1.143.675	929.100
Sinistros - retrocessão	9.1	2.444.489	2.116.944	2.444.489	2.116.961
Outras provisões	9.3	7.805	9.546	7.805	9.546
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		131.418	100.742	542.444	111.703
Títulos e créditos a receber	10	42.816	30.686	452.255	40.116
Créditos tributários e previdenciários	11.1	88.602	70.056	90.189	71.587
DESPESAS ANTECIPADAS		8.673	11.886	8.677	11.886
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	12	93.044	65.197	93.044	65.197
NÃO CIRCULANTE		6.902.796	5.610.814	6.189.319	5.566.434
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		5.837.612	4.857.546	5.900.218	4.876.247
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	6	3.608.792	3.327.044	3.630.946	3.366.388
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS		29.038	28.845	29.038	28.845
Prêmios - retrocessão	9.2	29.038	28.845	29.038	28.845
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		2.189.897	1.496.560	2.230.349	1.475.917
Títulos e créditos a receber	10	845.331	385.118	887.150	398.086
Título de crédito privado		614.166	203.832	614.166	203.832
Outros títulos de crédito		231.165	181.286	272.984	194.254
Créditos tributários e previdenciários		649.981	458.469	648.614	424.858
Créditos tributários		44.726	38.715	44.713	38.643
Ativo fiscal diferido	11.1	605.255	419.754	603.901	386.215
Depósitos judiciais e fiscais	22	694.585	652.973	694.585	652.973
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	12	9.885	5.097	9.885	5.097
INVESTIMENTOS		939.087	636.545	162.621	573.055
Participações societárias	4.1	933.749	630.976	15.857	-
Imóveis destinados à renda	6 e 13	5.200	5.515	146.626	573.001
Outros investimentos		138	54	138	54
IMOBILIZADO	14	81.697	74.270	81.779	74.353
INTANGÍVEL	15	44.400	42.453	44.701	42.779
TOTAL DO ATIVO		17.059.853	15.914.044	17.174.255	15.940.434

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Prêmios emitidos líquidos		7.338.051	6.035.512	7.338.051	6.035.512
Variações das provisões técnicas		(723.019)	(270.874)	(723.019)	(270.874)
PRÊMIOS GANHOS	25.1	6.615.032	5.764.638	6.615.032	5.764.638
SINISTROS OCORRIDOS	25.2	(4.334.525)	(2.820.647)	(4.334.525)	(2.820.647)
Sinistros diretos		(4.932.990)	(2.889.627)	(4.932.990)	(2.889.627)
Salvados e ressarcimentos		787.720	267.583	787.720	267.583
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		(189.255)	(198.603)	(189.255)	(198.603)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	25.3	(162.141)	(140.720)	(162.141)	(140.720)
Comissões		(162.141)	(140.720)	(162.141)	(140.720)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	25.5	(75.159)	(18.292)	(75.159)	(18.292)
RESULTADO COM RETROCESSÃO	25.4	(770.066)	(1.450.923)	(770.066)	(1.450.923)
Receitas com retrocessões		1.445.012	288.505	1.445.012	288.505
Despesas com retrocessões		(1.924.425)	(1.736.473)	(1.924.425)	(1.736.473)
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário		(386.334)	(26.659)	(386.334)	(26.659)
Outras receitas e despesas operacionais		95.681	23.704	95.681	23.704
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	25.6	(297.178)	(221.530)	(306.319)	(238.346)
DESPESAS COM TRIBUTOS	25.7	(86.758)	(144.816)	(120.057)	(148.866)
RESULTADO FINANCEIRO	25.8	340.143	314.731	946.161	447.804
RECEITAS FINANCEIRAS		1.204.750	1.121.032	1.819.660	1.254.914
Receitas financeiras provenientes da carteira de investimentos		854.066	1.037.703	1.468.924	1.161.565
Receitas financeiras outras		350.684	83.329	350.736	93.349
DESPESAS FINANCEIRAS		(864.607)	(806.301)	(873.499)	(807.110)
Despesas financeiras provenientes da carteira de investimentos		(748.253)	(533.130)	(756.935)	(533.130)
Despesas financeiras outras		(116.354)	(273.171)	(116.564)	(273.980)
RESULTADO PATRIMONIAL (CONTROLADAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS EXCLUSIVOS SOB GESTÃO DE CONTROLADAS)	25.9	581.376	138.884	64.868	77.540
Receitas (despesas) com imóveis de renda, líquidas		(315)	24.728	43.242	77.077
Ajustes de investimentos em controladas		559.757	113.693	-	-
Outras receitas patrimoniais, líquidas		21.934	463	21.626	463
RESULTADO OPERACIONAL		1.810.724	1.421.325	1.874.794	1.472.188
GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES		(162)	(28)	(162)	(28)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		1.810.562	1.421.297	1.857.632	1.472.160
Imposto de renda	25.10	(21.527)	(56.713)	(54.068)	(74.093)
Contribuição social	25.10	(25.499)	(165.788)	(40.028)	(179.271)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.763.536	1.218.796	1.763.536	1.218.796
QUANTIDADE DE AÇÕES		931.246.200	931.246.200	931.246.200	931.246.200
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	24.5	1,89	1,31	1,89	1,31

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receitas					
Receita com operação de seguros		7.338.051	6.035.512	7.338.051	6.035.512
Outras		(228.747)	(178.155)	(237.722)	(122.813)
Reversão de créditos de liquidação duvidosa		2.463	51.846	2.463	51.846
Varição das provisões técnicas		(723.019)	(270.874)	(723.019)	(270.874)
Receita líquida operacional		6.388.748	5.638.329	6.379.773	5.693.671
Despesas					
Sinistros		(4.932.990)	(2.889.627)	(4.932.990)	(2.889.627)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		(189.255)	(198.603)	(189.255)	(198.603)
Salvados e ressarcimentos		787.720	267.583	787.720	267.583
Despesas operacionais		(4.334.525)	(2.820.647)	(4.334.525)	(2.820.647)
Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais, energia e outros		(47.831)	(47.390)	(48.026)	(48.689)
Serviços de terceiros, comissões líquidas		(40.761)	(25.185)	(43.409)	(39.610)
Valor adicionado bruto		1.965.631	2.745.107	1.953.813	2.784.725
Depreciação, amortização e exaustão		(42.545)	(47.862)	(44.578)	(50.855)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		1.923.086	2.697.245	1.909.235	2.733.870
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado financeiro		340.143	314.731	946.161	447.804
Resultado com retrocessão		(770.066)	(1.450.923)	(770.066)	(1.450.923)
Resultado com equivalência patrimonial		559.757	113.693	-	-
Outras		10.607	(7.224)	64.839	(7.224)
Valor adicionado total a distribuir		2.063.527	1.667.522	2.150.169	1.723.527
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal		166.207	101.407	172.480	102.500
Impostos, taxas e contribuições		133.784	347.319	214.153	402.231
Juros sobre capital próprio e dividendo mínimo obrigatório		452.636	314.482	452.636	314.482
Lucros retidos do exercício		1.310.900	904.314	1.310.900	904.314
Valor adicionado distribuído		2.063.527	1.667.522	2.150.169	1.723.527

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Saldo em 1º de janeiro de 2018	Nota	Reservas de capital, ações		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido dos sócios da controladora
		Legal	Retenção de lucros	Legal	Retenção de lucros				
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	24.4	1.953.080	(12.956)	46.252	1.231.569	(76.161)	-	439.399	3.581.183
Ajustes acumulados de conversão	24.4	-	-	-	-	(14.816)	-	-	(14.816)
Ganhos atuariais em benefício pós-emprego	24.4	-	-	-	-	(22.017)	-	-	(22.017)
Lucro líquido do exercício	24.4	-	-	-	-	(387)	-	-	(387)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	(37.220)	1.218.796	-	1.218.796
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	-	-	-	1.218.796	-	1.218.796
Dividendo adicional pago do exercício de 2017		-	-	-	(8.098)	-	-	(439.399)	(447.497)
Constituição de reserva legal	24.3	-	-	60.940	-	-	(60.940)	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	24.6	-	-	-	510.397	-	(510.397)	-	-
Distribuição de dividendos	24.6	-	-	-	-	-	(647.459)	-	(647.459)
Distribuição de juros sobre capital próprio	24.6	-	-	-	(245.951)	-	-	578.928	(28.531)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	60.940	256.348	-	-	139.529	761.979
Saldo em 31 de dezembro de 2018		1.953.080	(12.956)	107.192	1.487.917	(113.381)	1.218.796	578.928	4.000.780
Saldo em 1º de janeiro de 2019		1.953.080	(12.956)	107.192	1.487.917	(113.381)	578.928	578.928	4.000.780
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	24.4	-	-	-	-	5.619	-	-	5.619
Ajustes acumulados de conversão	24.4	-	-	-	-	(71.047)	-	-	(71.047)
Ganhos atuariais em benefício pós-emprego	24.4	-	-	-	-	(12.262)	-	-	(12.262)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.763.536	-	1.763.536
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	(77.690)	1.736.536	-	1.685.846
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	-	-	-	1.736.536	-	1.685.846
Dividendo adicional pago do exercício de 2018		-	-	-	(14.537)	-	-	(578.928)	(593.465)
Constituição de reserva legal	24.3	-	-	88.177	-	-	(88.177)	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	24.6	-	-	-	715.509	-	(715.509)	-	-
Distribuição de dividendos	24.6	-	-	-	-	-	(959.850)	764.502	(195.348)
Distribuição de juros sobre capital próprio	24.3	-	-	-	(257.288)	-	-	-	(257.288)
Instrumentos patrimoniais outorgados	21.1	-	-	759	-	-	-	-	759
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	88.177	443.684	-	(1.763.536)	185.574	(1.045.342)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		1.953.080	(12.197)	195.369	1.931.601	(191.071)	764.502	764.502	4.641.284

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
CONTAS A PAGAR		11.212.800	10.833.205	11.300.651	10.859.175
Obrigações a pagar		431.273	366.208	519.124	391.450
Impostos e encargos sociais a recolher	16	295.756	220.870	302.076	235.195
Provisões trabalhistas	23	13.869			

Demonstrações contábeis

Período findo em 31 de dezembro de 2019



continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A - Informações gerais

1.1. Contexto operacional

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE", "Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima privada de capital aberto, criada em 1939 por então Presidente Getúlio Vargas, com sede na Avenida Marechal Câmara, número 171, na cidade do Rio de Janeiro e escritórios em São Paulo, Buenos Aires e Londres. Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguros no país e no exterior. A Companhia tem suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de fevereiro de 2020.

1.2. Bases de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O modelo de publicação das demonstrações contábeis definido pela SUSEP, por meio da Circular nº 517 de 30 de julho de 2015, estabelece que as despesas de participações sobre o lucro devem ser destacadas na demonstração do resultado após o Lucro antes do Imposto de Renda, diferentemente das práticas contábeis adotadas no Brasil conforme pronunciamentos do CPC e das IFRS, que estabelecem que tais despesas sejam contabilizadas como despesa de pessoal. Dessa forma, para fins de preparação das demonstrações contábeis, a Companhia optou por classificar as despesas de participações sobre o lucro, no montante de R\$ 31.405 (R\$ 23.785 em 2018) como despesa de pessoal, dentro do grupo de despesas administrativas. Adicionalmente, a Companhia, conforme indicado nas notas 14 e 16, reconhece seus contratos de arrendamento de acordo com a norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil desde 1º de janeiro de 2019. Tal norma foi aprovada pelo IASB e CPC, porém não passa pela SUSEP. A Administração entende que essas diferenças de apresentação no balanço patrimonial e na demonstração do resultado não são relevantes e, dessa forma, esse conjunto de demonstrações contábeis atende, em todos os aspectos relevantes, os requerimentos da SUSEP estabelecidos na Circular nº 517/2015 e alterações subsequentes.

As seguintes notas explicativas, apresentadas nas presentes demonstrações contábeis, são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP: 2.10.1, 2.10.2, 8.8, 11.1.1, 19.2.2, 22.1 e 25.10.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 27.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 28.

O IRB Brasil RE mantém sucursal em Londres, cujas operações encontram-se em processo de retomada com o objetivo de ampliação de negócios com a base de clientes na Europa e Ásia.

A Companhia também possui outra sucursal na Argentina que teve suas operações iniciadas em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis destas sucursais estão registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais e consolidados da Companhia.

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a SUSEP. Como as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, que passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, as referidas políticas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), Individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a companhias abertas. As práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a SUSEP não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações contábeis.

1.3. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As atividades incluídas na consolidação estão descritas na Nota 4.2 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo: Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui uma empresa que concentra os investimentos imobiliários da Resseguradora e uma Asset Management.

Cumprir destacar que a IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. é uma empresa constituída com a finalidade de compra, venda e desenvolvimento de ativos imobiliários. A Companhia aportou capital no IRB Asset Management (subsidiária integral da Companhia) em 2017. Em 16 de julho de 2018, a CVM autorizou a prestação dos serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários pela referida subsidiária. Após os procedimentos próprios perante a ANBIMA, e preparação para entrada em operação, a IRB Asset Management passou a fazer a gestão dos fundos de investimento exclusivos outrora sob gestão da própria controladora.

Em dezembro de 2018, a Companhia possuía controlada localizada nos Estados Unidos da América, IRB *International Corporation*, que foi encerrada em março de 2019, devido a finalização da implementação do contrato de venda de ações firmado em abril de 2018, de sua subsidiária *United Americas Insurance Company* (UAIC).

As informações sobre as controladas estão apresentadas conforme abaixo:

	2019	
	IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.	IRB Asset Management
Percentual de participação no capital social.....	100,0%	100,0%
Quantidade de ações possuídas.....	168.465.949	100.000
Ativo.....	1.003.605	26.563
Passivo.....	110.686	1.589
Patrimônio líquido no fim do exercício.....	892.919 (a)	24.974 (b)
(a) Abertura do resultado das operações com shopping centers (aluguel e venda):		
Ganho de capital líquido - venda dos Shopping Centers (*).....	103.444	
Receita de Aluguel.....	43.250	
Resultado financeiro.....	74.335	
Impostos e Contribuições.....	(33.702)	
Despesas Administrativas.....	(4.426)	
Resultado no fim do exercício.....	182.901	
(*) O ganho de capital com a venda dos shopping centers refere-se ao resultado destas vendas líquidas de impostos e despesas relacionadas às vendas dos seguintes shopping centers: Minas Shopping (ganho de capital líquido de R\$ 27.128), Shopping Barra Salvador (ganho de capital líquido de R\$ 28.675), Praias de Belas (ganho de capital líquido de R\$ 22.037), e Esplanada (ganho de capital líquido de R\$ 25.604).		
(b) O valor do resultado desta Entidade é substancialmente representado por ganhos oriundos do resultado com instrumentos financeiros para proteção da exposição cambial de todo o grupo, taxa de administração e performance. Destacando-se que a taxa de performance assim como o resultado com instrumentos financeiros para proteção da exposição cambial de todo o grupo foi influenciada especialmente pela apreciação do dólar frente ao real.		

	2018	
	Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.	IRB International Corporation & Subsidiaries Impairment
Percentual de participação no capital social.....	100,0%	100,0%
Quantidade de ações possuídas.....	168.465.949	100.000
Ativo.....	655.402	4.223
Passivo.....	48.937	248
Patrimônio líquido no fim do exercício.....	606.465	3.975
(6.015)		
A Companhia possui ainda a totalidade das quotas dos seguintes fundos de investimento:		
• BB IRB Brasil RE Líquidez Fundo de Investimento Renda Fixa		
• Fundo de Investimento Itaú Renda Fixa IRB Brasil RE Crédito Privado		
• Fundo de Investimento RF IRB Brasil RE Absoluto (gestão feita pela IRB Asset Management)		
• IRB Fundo de Investimento Multimercado (gestão feita pela IRB Asset Management)		
• IRB Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado (gestão feita pela IRB Asset Management)		
• IRB Fundo de Investimento em Ações (gestão feita pela IRB Asset Management)		
• IRB Caixa Fundo de Investimento Renda Fixa (gestão feita pela IRB Asset Management)		
• Bradesco Fundo de Investimento em Ações Safe IBRX-50		
• BB IRB Brasil RE FI Renda Fixa LP Crédito Privado		
• Caixa FI IRB Brasil RE RF Crédito Privado LP		
• IRB Macro Fundo de Investimento Multimercado (gestão feita pela IRB Asset Management)		

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas com o propósito de consolidar os fundos de investimento exclusivos indicados acima, a controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A e o IRB Asset Management.

Seção B - Riscos

2.1. Linhas de defesa

O IRB Brasil RE compreende que a gestão de riscos é de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores. Por isso, a estrutura de Gestão de Riscos da Companhia segue o modelo de três linhas de defesa, estabelecendo em sua Política de Gestão de Riscos e normativos internos os papéis e responsabilidades na gestão de riscos para cada uma das linhas de defesa.

A primeira linha de defesa é representada pelas áreas operacionais, abrangendo o gestor e responsáveis diretos pelos processos da Companhia. As Gerências de Riscos Corporativos e Compliance representam a segunda linha de defesa, e terceira linha é representada pela Auditoria Interna. Além disso, a Companhia adota uma estrutura de Governança Corporativa que estabelecem subsídios adequados à transferência de tomada de decisão.

2.2. Principais tipos de risco

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Operacionais, Subscrição, Mercado, Crédito e Liquidez, sendo cada um destes compostos por diversas subcategorias. A Companhia entende que estas categorias representam as suas principais exposições, mas não são exaustivas, considerando que diversos riscos podem afetá-la.

2.3. Riscos operacionais

O risco operacional no IRB Brasil RE é devido à possibilidade de ocorrência de eventos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O processo de gestão de riscos operacionais é composto por cinco etapas: (i) identificação, (ii) análise e mensuração, (iii) tratamento, (iv) monitoramento e (v) reporte. Neste processo, a Gerência de Riscos Corporativos atua conjuntamente com o dono do risco dando suporte e monitorando a aplicação do processo de gerenciamento de riscos operacionais pelas unidades gestoras da Companhia. O IRB Brasil RE possui um programa de Gestão de Continuidade de Negócios com definições de procedimentos em caso de contingência. Este programa é organizado em cinco planos de contingência específicos: Plano de Continuidade de Negócios, Plano de Gestão de Crises, Plano de Recuperação de Desastres, Plano de Continuidade Operacional e Plano de Atendimento à Emergência.

Alinhado à Circular SUSEP 517/2015 e alterações subsequentes, a Companhia possui Banco de Dados de Perdas Operacionais com o objetivo de registrar e gerenciar a ocorrência de perdas oriundas desta categoria de risco.

2.4 Riscos de subscrição

O risco de subscrição advém de oscilações que podem surgir tanto de fatores internos como externos à Companhia, que contrariam as expectativas em relação às premissas atuariais e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas. A transferência de riscos por meio de retrocessão é uma das técnicas utilizadas para a mitigação e controle do risco de subscrição. Da mesma forma que o resseguro, a retrocessão pode cobrir um grupo de negócios ou somente riscos específicos (também chamados facultativos). O IRB Brasil RE atualmente possui programas de retrocessão (ou programas de proteção de carteira) que cobrem os grupos de ramos onde há maior exposição, buscando estabilizar os resultados e limitar as perdas, bem como ampliar sua capacidade para a aceitação de negócios estratégicos. Para casos específicos podem ser utilizadas retrocessões facultativas, que são individualmente analisadas. Devido à própria natureza da transferência de risco, as operações de retrocessão implicam um risco de crédito subjacente, que é tratado conforme descrito na Nota 2.6.

2.4.1. Monitoramento dos passivos de resseguro por linhas de negócio

A Companhia calcula as provisões técnicas seguindo as normas e orientações estabelecidas pelo órgão regulador. As tabelas abaixo apresentam os saldos de ativos e passivos, brutos de retrocessão (PSL, IBNR, IBNER, PET, PPNG, PDR) e segregados por linha de negócio.

	Controladora			
	Passivo (Resseguro)		Ativo (Retrocessão)	
	2019	2018	2019	2018
Aeronáuticos.....	394.714	471.004	(332.876)	(376.253)
Automóvel.....	139.337	199.243	(13.267)	(16.885)
Habitacional.....	47.175	53.778	(281)	(177)
Marítimos.....	122.819	176.223	(47.596)	(56.069)
Nucleares.....	16.680	15.623	(14.354)	(13.837)
Patrimonial.....	2.106.589	2.257.948	(1.403.993)	(1.350.592)
Pessoas.....	317.405	289.754	(63.830)	(38.922)
Petróleo.....	609.473	317.307	(430.679)	(264.636)
Responsabilidades.....	405.795	634.240	(265.099)	(348.926)
Riscos financeiros.....	394.389	465.929	(94.679)	(109.509)
Rural.....	944.657	753.085	(360.255)	(50.500)
Transportes.....	226.767	482.636	(144.181)	(260.967)
Exterior.....	3.443.357	2.688.705	(453.917)	(197.179)
Total.....	9.169.157	8.805.478	(3.625.007)	(3.084.435)

	Consolidado			
	Passivo (Resseguro)		Ativo (Retrocessão)	
	2019	2018	2019	2018
Aeronáuticos.....	394.714	471.004	(332.876)	(376.253)
Automóvel.....	139.337	199.243	(13.267)	(16.885)
Habitacional.....	47.175	53.778	(281)	(177)
Marítimos.....	122.819	176.223	(47.596)	(56.069)
Nucleares.....	16.680	15.623	(14.354)	(13.837)
Patrimonial.....	2.106.589	2.257.948	(1.403.993)	(1.350.592)
Pessoas.....	317.405	289.754	(63.830)	(38.922)
Petróleo.....	609.473	317.307	(430.679)	(264.636)
Responsabilidades.....	405.795	634.240	(265.099)	(348.926)
Riscos financeiros.....	394.389	465.929	(94.679)	(109.509)
Rural.....	944.657	753.085	(360.255)	(50.500)
Transportes.....	226.767	482.636	(144.181)	(260.967)
Exterior.....	3.443.357	2.688.705	(453.917)	(197.179)
Total.....	9.169.157	8.805.478	(3.625.007)	(3.084.435)

2.4.2. Desenvolvimento de prêmios e sinistros

As tabelas a seguir apresentam o desenvolvimento dos prêmios ganhos e sinistros incorridos da Companhia, abertos por ano de subscrição.

Prêmio ganho acumulado

• Bruto de retrocessão

	Controladora e Consolidado						
Ano de subscrição	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Prêmio ganho no ano.....	462.929	1.274.706	1.426.685	1.619.452	2.363.010	2.653.448	
Um ano depois.....	2.876.630	3.775.541	4.501.413	4.272.449	5.951.425		
Dois anos depois.....	3.387.800	4.184.286	5.706.265	4.994.081			
Três anos depois.....	3.496.132	4.273.066	6.098.080				
Quatro anos depois.....	3.530.841	4.274.416					
Cinco anos depois.....	3.544.792						
Prêmio ganho acumulado (g).....	3.544.792	4.274.416	6.098.080	4.994.081	5.951.425	2.653.448	
Prêmio ganho em 2019.....	13.951	1.350	391.815	721.632	3.588.415	2.653.448	7.370.611
Prêmio ganho em 2019 de anos anteriores a 2014.....							130.536
Prêmio ganho de riscos vigentes mas não emitidos.....							(10.449)
Prêmio ganho Sucursal Argentina.....							162.649
Total de prêmio ganho incluso no balanço.....	13.951	1.350	391.815	721.632	3.588.415	2.653.448	7.653.347 (a)
(a) Conciliado com a nota 3.3 (Demonstrações de resultados - Conciliação) linhas Prêmio emitido bruto (a) (R\$ 8.514.094) e Variação das provisões técnicas - prêmios (c) (R\$ 860.747).							

	Controladora e Consolidado						
Ano de subscrição	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Prêmio ganho no ano.....	462.929	1.274.706	1.426.685	1.619.452	2.363.010		
Um ano depois.....	2.876.630	3.775.541	4.501.413	4.272.449			
Dois anos depois.....	3.387.800	4.184.286	5.706.265				
Três anos depois.....	3.496.132	4.273.066					
Quatro anos depois.....	3.530.841						
Prêmio ganho acumulado (g).....	3.530.841	4.273.066	5.706.265	4.272.449	2.363.010		
Prêmio ganho em 2018.....	34.709	88.780	1.204.852	2.652.997	2.363.010	6.344.342	170.522
Prêmio ganho em 2018 de anos anteriores a 2014.....							71.762
Prêmio ganho de riscos vigentes mas não emitidos.....							144.268
Prêmio ganho Sucursal Argentina.....							6.730.900 (b)
Total de prêmio ganho incluso no balanço.....	34.709	88.780	1.204.852	2.652.997	2.363.010	6.344.342	6.730.900 (b)
(b) Conciliado com a nota 3.3 (Demonstrações de resultados - Conciliação) linhas Prêmio emitido bruto (a) (R\$ 8.514.094), Variação das provisões técnicas - prêmios (c) (R\$ 860.747), Prêmios cedidos em retrocessão (b) (R\$ 2.225.218) e Variação das provisões técnicas - prêmio cedido (c) (R\$ 193.872).							

	Controladora e Consolidado						
Ano de subscrição	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Prêmio ganho no ano.....	329.465	890.871	1.017.172	1.219.507	1.799.128	1.868.866	
Um ano depois.....	2.047.290	2.638.664	3.209.335	3.217.313	4.531.245		
Dois anos depois.....	2.411.088	2.924.329	4.068.349	3.760.729			
Três anos depois.....	2.488.187	2.986.376	4.347.698				
Quatro anos depois.....	2.512.890	2.987.319					
Cinco anos depois.....	2.522.819						
Prêmio ganho acumulado (g).....	2.522.819	2.987.319	4.347.698	3.760.729	4.531.245	1.868.866	
Prêmio ganho em 2019.....	9.929	943	279.349	543.416	2.732.117	1.868.866	5.434.620
Prêmio ganho em 2019 de anos anteriores a 2014.....							45.955
Prêmio ganho de riscos vigentes mas não emitidos.....							(2.511)
Prêmio ganho sucursal Argentina.....							143.977
Total de prêmio ganho incluso no balanço.....	9.929	943	279.349	543.416	2.732.117	1.868.866	5.622.001 (b)
(b) Conciliado com a nota 3.3 (Demonstrações de resultados - Conciliação) linhas Prêmio emitido bruto (a) (R\$ 8.514.094), Variação das provisões técnicas - prêmios (c) (R\$ 860.747), Prêmios cedidos em retrocessão (b) (R\$ 2.225.218) e Variação das provisões técnicas - prêmio cedido (c) (R\$ 193.872).							

	Controladora e Consolidado						
Ano de subscrição	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Prêmio ganho no ano.....	329.281	890.255	1.030.923	1.217.342	1.698.295		
Um ano depois.....	2.046.147	2.636.838	3.252.721	3.211.600			
Dois anos depois.....	2.409.742	2.922.306	4.123.347				
Três anos depois.....	2.486.799	2.984.309					
Quatro anos depois.....	2.511.487						
Prêmio ganho acumulado (g).....	2.511.487	2.984.309	4.123.347	3.211.600	1.6		

Demonstrações contábeis

Período findo em 31 de dezembro de 2019



REAL PUBLICIDADE

continuação

Rating de Ativos de retrocessão

Faixa de rating (*)	% de ativos de retrocessão				Total
	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	
AAA ou equivalente.....	-	3,0	0,1	-	0,3
AA ou equivalente.....	0,1	35,9	2,4	-	4,2
A ou equivalente.....	-	9,1	35,5	-	4,3
BBB ou equivalente.....	-	0,1	-	-	0,1
Sem rating.....	0,4	-	-	0,8	3,7
	0,5	48,1	38,0	0,8	12,6

Faixa de rating (*)	% de ativos de retrocessão				Total
	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	
AAA ou equivalente.....	-	2,9	0,2	-	0,4
AA ou equivalente.....	0,2	31,8	3,8	-	5,2
A ou equivalente.....	-	9,8	36,6	-	3,3
BBB ou equivalente.....	0,1	-	-	-	0,2
Sem rating.....	0,2	0,1	-	2,0	3,2
	0,5	44,6	40,6	2,0	12,3

(*) Os ratings são medidos pelas agências: S&P - Standard & Poor's, Moody's, A.M. Best e Fitch. Os créditos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a receber resultantes dos movimentos operacionais da Companhia, incluindo prêmios emitidos a receber, das respectivas comissões a receber e das indenizações de sinistros a receber. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos créditos das operações com resseguros e retrocessão por escala de rating.

Rating de crédito das operações

Faixa de rating (*)	% de exposição por faixa de rating				Total
	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	
AAA ou equivalente.....	-	1,0	0,1	-	0,9
AA ou equivalente.....	0,1	12,3	0,3	-	1,8
A ou equivalente.....	1,4	0,8	8,0	-	5,5
BBB ou equivalente.....	0,7	-	-	-	0,5
Sem rating.....	-	-	-	49,8	16,8
	2,2	14,1	8,4	49,8	25,5

Faixa de rating (*)	% de exposição por faixa de rating				Total
	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	
AAA ou equivalente.....	-	3,6	0,2	-	0,9
AA ou equivalente.....	0,1	14,6	1,1	-	1,9
A ou equivalente.....	1,0	2,1	10,6	-	2,7
BBB ou equivalente.....	0,9	-	-	-	1,7
Sem rating.....	0,1	0,2	-	45,4	12,9
	2,1	20,5	11,9	45,4	20,1

(*) Os ratings são medidos pelas agências: S&P - Standard & Poor's, Moody's, A.M. Best e Fitch. O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos com alto rating de crédito avaliado por agências internacionais. São utilizadas técnicas para controlar e mitigar o risco de crédito, tais como: estabelecimento de limites de retrocessão por entidade; monitoramento de exposição de risco de crédito; acompanhamento das mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros e do mercado financeiro; e gestão preventiva de perdas.

Exposição ao risco de crédito

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil "impaired"	Controladora					Saldo contábil 31 de dezembro de 2018
	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 90 dias	Vencidos entre 91 e 180 dias	Vencidos acima de 181 dias	Ativos vencidos e não "impaired"	
Caixa e equivalentes de caixa.....	24.895	-	-	-	-	24.895
Ao valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	-
Privados.....	126.831	-	-	-	-	126.831
Públicos.....	340.640	-	-	-	-	340.640
Exterior.....	124.538	-	-	-	-	124.538
Disponíveis para venda.....	-	-	-	-	-	-
Privados.....	920.070	-	-	-	-	920.070
Públicos.....	2.757.409	-	-	-	-	2.757.409
Exterior.....	166.242	-	-	-	-	166.242
Créditos com operações seguradora e resseguradora.....	1.966.147	183.662	71.402	68.587	77.065	2.366.863
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro.....	6.426.772	183.662	71.402	68.587	77.065	6.827.488

Composição de carteira por classe e por categoria contábil "impaired"	Controladora					Saldo contábil 31 de dezembro de 2018
	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 90 dias	Vencidos entre 91 e 180 dias	Vencidos acima de 181 dias	Ativos vencidos e não "impaired"	
Caixa e equivalentes de caixa.....	35.864	-	-	-	-	35.864
Ao valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	-
Privados.....	530.443	-	-	-	-	530.443
Públicos.....	340.850	-	-	-	-	340.850
Exterior.....	124.538	-	-	-	-	124.538
Disponíveis para venda.....	-	-	-	-	-	-
Privados.....	944.280	-	-	-	-	944.280
Públicos.....	2.757.411	-	-	-	-	2.757.411
Exterior.....	166.242	-	-	-	-	166.242
Créditos com operações seguradora e resseguradora.....	1.966.147	183.662	71.402	68.587	77.065	2.366.863
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro.....	6.865.775	183.662	71.402	68.587	77.065	7.266.491

2.7. Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado ao risco da Companhia, mesmo solvente, não ter recursos disponíveis para cumprir suas obrigações de forma tempestiva, ou cumprir-las somente por meio de venda de ativos em condições que podem ser desfavoráveis, implicando em perdas financeiras. Parâmetro essencial, busca-se o calor positivo, principalmente, em fundos de elevadíssima qualidade, para fazer face às necessidades de caixa no curto prazo. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos, ao longo do tempo, conforme apresentado na tabela abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	Ativos (*)	Passivos (**)	Ativos (*)	Passivos (**)
Fluxo de 0 a 12 meses.....	5.548.602	2.717.294	5.555.558	2.717.294
Fluxo de 12 a 24 meses.....	2.027.292	2.735.649	2.029.808	2.735.649
Fluxo de 24 a 36 meses.....	672.454	1.588.309	672.603	1.588.309
Fluxo de 36 a 48 meses.....	259.907	709.967	260.010	709.967
Fluxo acima de 48 meses.....	981.643	1.417.938	982.888	1.417.938
	9.489.898	9.169.157	9.500.867	9.169.157

(*) O fluxo de ativos é composto pela soma dos fluxos de caixa oriundos dos ativos disponíveis para garantia, caixa e equivalentes de caixa e ativos de retrocessão e direitos creditórios.

(**) O fluxo de passivos é composto pelas provisões técnicas de resseguro.

2.8. Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:
(a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.
(b) O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.
O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

2.9. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 e 2 com base no grau observável do valor justo:
(a) Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
(b) Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
(c) Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Letras financeiras do tesouro.....	Nível 1	137.716	1.066.185	137.716	1.066.185
Operações compromissadas.....	Nível 1	202.924	392.385	203.134	392.634
Quotas de fundos de investimentos - Não Exclusivos.....	Nível 2	50.748	85.091	454.084	123.951
Depósitos a prazo fixo.....	Nível 2	111.364	640.404	111.364	640.404
Quotas de fundos de renda variável.....	Nível 2	-	32.068	-	31.549
Ações de empresas nacionais.....	Nível 1	42.101	51.437	42.101	51.437
Debêntures.....	Nível 1	3.466	1.666	3.466	1.666
Debêntures Inepar.....	Nível 3	11.858	11.858	11.858	11.858
Fundos de índices de mercado.....	Nível 1	31.555	-	31.555	-
Títulos Públicos no Exterior.....	Nível 1	-	51.690	-	51.690
Outros.....	Nível 2	277	182	553	-
Total.....		592.009	2.332.966	995.831	2.371.374
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Letras financeiras do tesouro.....	Nível 1	1.930.028	2.651.667	1.930.028	2.651.667
Notas do tesouro nacional.....	Nível 1	625.672	443.848	625.672	443.848
Quotas de Fundos de Renda Fixa - Não Exclusivos.....	Nível 2	-	140.529	22.154	140.529
Debêntures.....	Nível 1	47.468	26.338	47.468	26.338
Títulos soberanos.....	Nível 1	827.118	-	827.118	29.094
Letras financeiras.....	Nível 2	47.540	25.901	47.540	25.901
Operações compromissadas.....	Nível 1	201.709	21.528	201.711	21.548
Nota comercial.....	Nível 1	-	2.506	-	2.506
Outros.....	Nível 2	(2.056)	94	-	-
Títulos Públicos no Exterior.....	Nível 1	157.890	197.150	157.890	197.150
American Depositary Receipts - ADR.....	Nível 1	8.352	6.553	8.352	6.553
Títulos de renda fixa no exterior.....	Nível 1	-	29.875	-	29.875
U.S. Treasury securities Obligations of U.S.....	Nível 1	-	-	-	6.819
Obligations of U.S. Government corporations and agencies.....	Nível 1	-	-	-	2.043
Sec Issued by States & Terr.....	Nível 1	-	-	-	1.025
Corporate securities.....	Nível 1	-	-	-	4.721
Short-term investments.....	Nível 1	-	-	-	871
Total.....		3.843.721	3.545.989	3.867.933	3.590.488

2.9.1. Métodos e pressupostos utilizados na estimativa do valor justo do ativo

Todos os métodos e pressupostos para avaliação na curva e a mercado, após a definição do tipo de marcação para cada ativo, seguem exclusivamente as técnicas expressas nos manuais de marcação de ativos do IRB Brasil RE, que é inteiramente compatível com os manuais de marcação dos custodiantes, que prestam serviço e são os responsáveis pelo cálculo da marcação, tanto a mercado quanto na curva. Na "marcação na curva" é fixada a taxa de aquisição dos instrumentos financeiros ora em questão e utilizada como referência para o cálculo dos juros para todo o horizonte da referida aplicação financeira, reconhecendo a valorização do ativo financeiro de forma "pró-rata temporis", ou seja, considerando o valor de compra do título mais a incorporação diária dos juros, proporcional ao tempo em que o título já incorreu desde a sua emissão, apropriado diariamente. Este tipo de marcação, portanto, não implica em perdas, desde que ele não seja vendido. Como o cálculo sempre considera o valor de compra mais uma apropriação diária de juros, a rentabilidade é sempre positiva. A regra de marcação pela curva tem efeitos finais similares à de marcação a mercado, desde que o título não precise ser vendido antes do vencimento. Para a marcação a mercado, se fazem necessárias a utilização de curvas de expectativas de taxas futuras, utilizadas para realizar o cálculo dos valores presentes de cada título. Nessas casos, quando necessária a construção de estruturas de juros a termo, tal mapeamento é estabelecido de acordo com as expectativas do mercado para as taxas de juros em prazos distintos, e as curvas são construídas com base na observação de preços de instrumentos de renda fixa para prazos determinados, contemplando todos os vértices líquidos (negociados no último dia útil) e fazendo uso primariamente dos preços disponibilizados pela ANBIMA. Esse mapeamento, muito embora seja contínuo, apenas pode ser observado para prazos específicos. Dessa forma, é necessário estimar a curva de juros para prazos que não possuem taxas

atreladas ou negociadas no mercado, que no IRB Brasil RE, é feita utilizando interpolação exponencial.

2.10. Capital mínimo, de risco e liquidez em relação ao capital

A Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes, estabelecem a metodologia para o cálculo do capital de risco baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, cálculo do patrimônio líquido ajustado, bem como os critérios de avaliação da liquidez e solvência. Consideram-se, para efeitos das resoluções citadas acima, os conceitos a seguir:
I. Capital mínimo requerido: montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.
II. Capital base: montante fixo de capital, no valor de R\$ 60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.
III. Capital de risco: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.
IV. Ativos líquidos: todos os ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional em até 100,0% na cobertura das provisões técnicas.
V. Liquidez em relação ao capital de risco: situação caracterizada pela apresentação de um total de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20,0% do capital de risco obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

2.10.1. Cálculo do capital mínimo requerido

A Companhia apresenta suficiência do patrimônio líquido ajustado em relação ao capital mínimo requerido calculado, na data base de 31 de dezembro de 2019, considerando a metodologia estabelecida pelo órgão regulador. A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos:

	Controladora e Consolidado			
	2019	2018		
Capital de risco baseado em risco de subscrição.....	910.092	667.619		
Capital de risco baseado em risco de crédito.....	340.522	269.891		
Capital de risco baseado em risco operacional.....	46.156	42.329		
Capital de risco baseado em risco de mercado.....	397.482	158.695		
Benefício da diversificação de riscos.....	(359.426)	(202.721)		
Capital de risco total.....	1.334.826	935.813		
Capital base.....	60.000	60.000		
Capital mínimo requerido (*).....	1.334.826	935.813		
Patrimônio líquido ajustado (**). Suficiência de patrimônio líquido ajustado.....	3.332.045	3.003.046	1.997.219	2.067.233

(*) O maior entre o capital de risco total e o capital base.
(**) Patrimônio utilizado para fins de apuração de solvência.

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Patrimônio líquido	4.641.284	4.000.780
Deduções		
Despesas antecipadas.....	(8.673)	(11.886)
Participações societárias.....	(933.749)	(630.976)
Intangíveis.....	(44.400)	(42.453)
Direitos/obrigações de sucursais no exterior.....	(86.127)	(90.563)
Créditos tributários (***).....	(405.031)	(279.383)
Outras deduções.....	(50)	(50)
Ajustes econômicos.....	168.791	57.577
Patrimônio líquido ajustado.....	3.332.045	3.003.046

2.10.2. Liquidez em relação ao capital de risco

A tabela abaixo apresenta o resultado do cálculo da liquidez em relação ao capital de risco para a data base de 31 de dezembro de 2019. Seguindo os critérios estabelecidos na Resolução CNSP 321/2015.

	Controladora e Consolidado			
	2019	2018		
Ativos elegíveis (*)	4.649.772	5.618.963		
Provisões técnicas.....	(9.169.157)	(8.712.677)		
Ativos de retrocessão.....	3.625.007	3.084.435		
Ativos redutores.....	(833.679)	(818.026)		
Direitos creditórios.....	2.023.901	1.302.813		
Cobertura de 20,0% do capital de risco total (**). Suficiência de liquidez.....	(259.406)	(181.957)	36.440	293.551

(*) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas.
(**) Conforme previsto pela Resolução CNSP nº 321/15, o capital de risco utilizado para fins de apuração da liquidez deve desconsiderar os fluxos não registrados utilizados no cálculo do capital de risco baseado em riscos de mercado.

3. Informações por segmento de negócios

Os segmentos de negócios do IRB Brasil RE são identificados de acordo com sua estrutura executiva, que leva em consideração os relatórios financeiros internos para desempenho do negócio no país e no exterior, utilizados pela Administração na condução dos negócios. O lucro líquido é o principal item utilizado pela Administração para o gerenciamento dos resultados.
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o IRB Brasil RE tem seus resultados apurados pelas regiões geográficas, conforme demonstrado abaixo:

3.1. Demonstrações de resultados - Visão por segmento de negócio

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prêmios de resseguros	8.515.467	6.963.868	8.515.467	6.963.868
Prêmios de resseguros - país.....	4.826.104	4.219.742	4.826.104	4.219.742
Prêmios de resseguros - exterior.....	3.689.363	2.744.126	3.689.363	2.744.126
Prêmios cedidos em retrocessão (1.869.97				

Demonstrações contábeis

Período findo em 31 de dezembro de 2019



Líder em resseguros na América Latina

REAL PUBLICIDADE

continuação

	Controladora 2018				
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	1.059.061	1.059.061	25.191	25.192	SELIC
Notas do Tesouro Nacional	-	-	69.192	68.483	8,48% a.a.
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	13.524	13.524	-	-	-
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	7.124	7.124	2.626.053	2.626.475	SELIC
Operações Compromissadas	391.965	391.965	21.528	21.528	8,48% a.a.
Notas do Tesouro Nacional	-	-	369.839	375.365	105,1% CDI
Letras Financeiras	-	-	25.901	25.901	105,8% CDI
Notas Comerciais	-	-	2.506	2.506	-
Debêntures	-	-	26.282	26.338	-
Quotas Fundos de Renda Fixa	-	-	140.486	140.529	-
Outros	182	182	94	94	-
Fundos não Excluídos	8.213	8.213	-	-	-
Títulos de Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	51.437	51.437	-	-	-
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	31.549	31.549	-	-	-
Operações Compromissadas	420	420	-	-	8,48% a.a.
Outros	519	519	-	-	-
Total	1.563.994	1.563.994	3.306.999	3.312.411	4.876.405

	Controladora 2019				
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos Dívida Exterior	51.690	51.690	208.051	197.150	-
Títulos de Renda Fixa - Privados					
American Deposits Receipt	-	-	23.279	6.553	-
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	31.151	29.875	2,6% a.a.
Depósito a prazo fixo no exterior (I)	640.404	640.404	-	-	2,1% a.a.
Quotas de Fundos Não Excluídos					
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	76.878	76.878	-	-	-
Total	768.972	768.972	262.481	233.578	1.002.550
%	2.332.966	2.332.966	3.569.480	3.545.989	5.878.955
Circulante	-	-	-	-	39,7%
Não circulante	-	-	-	-	218,94%

	Controladora 2018				
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	1.066.185	1.066.185	25.191	25.192	SELIC
Notas do Tesouro Nacional	-	-	69.192	68.483	8,48% a.a.
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	13.524	13.524	-	-	105,43% CDI
Títulos de Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	51.437	51.437	-	-	-
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.626.053	2.626.475	SELIC
Operações Compromissadas	392.214	392.214	21.548	21.548	SELIC
Notas do Tesouro Nacional	-	-	369.839	375.365	8,48% a.a.
Letras Financeiras	-	-	25.828	25.901	105,1% CDI
Notas Comerciais	-	-	2.506	2.506	2,14% CDI
Debêntures	-	-	26.282	26.338	105,43% CDI
Quotas Fundos de Renda Fixa	-	-	140.486	140.529	-
Fundos Imobiliários	-	-	29.268	29.094	-
Quotas de Fundos Não Excluídos					
Quotas de Fundos de Renda Fixa	38.860	38.860	-	-	-
Ações de empresas nacionais	31.549	31.549	-	-	-
Operações Compromissadas	420	420	-	-	8,48% a.a.
Outros	-	-	-	-	-
Quotas de Fundos Não Excluídos					
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	8.213	8.213	-	-	-
Total	1.602.402	1.602.402	3.336.193	3.341.431	4.945.833

	Controladora 2019				
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	1.066.185	1.066.185	25.191	25.192	SELIC
Notas do Tesouro Nacional	-	-	69.192	68.483	8,48% a.a.
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	13.524	13.524	-	-	105,43% CDI
Títulos de Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	51.437	51.437	-	-	-
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.626.053	2.626.475	SELIC
Operações Compromissadas	392.214	392.214	21.548	21.548	SELIC
Notas do Tesouro Nacional	-	-	369.839	375.365	8,48% a.a.
Letras Financeiras	-	-	25.828	25.901	105,1% CDI
Notas Comerciais	-	-	2.506	2.506	2,14% CDI
Debêntures	-	-	26.282	26.338	105,43% CDI
Quotas Fundos de Renda Fixa	-	-	140.486	140.529	-
Fundos Imobiliários	-	-	29.268	29.094	-
Quotas de Fundos Não Excluídos					
Quotas de Fundos de Renda Fixa	38.860	38.860	-	-	-
Ações de empresas nacionais	31.549	31.549	-	-	-
Operações Compromissadas	420	420	-	-	8,48% a.a.
Outros	-	-	-	-	-
Quotas de Fundos Não Excluídos					
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	8.213	8.213	-	-	-
Total	2.371.374	2.371.374	3.614.021	3.590.488	5.961.862

(I) Depósitos a prazo fixo no exterior
Representam aplicações em time deposits de responsabilidade do Citibank cujos prazos de vencimento oscilam entre 12 a 120 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos.

6.1.1 Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

	Controladora 2019				
	Sem vencimento	Acima de			Total
		De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	584	-	137.716	-	138.300
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	15.324	-	-	-	15.324
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Fixa					
Operações Compromissadas	-	201.207	-	-	201.207
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	137.716	137.716
Outros	-	-	-	584	584
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	42.101	-	-	-	42.101
Operações Compromissadas	-	1.717	-	-	1.717
Fundos de índices de mercado	31.555	-	-	-	31.555
Outros	(307)	-	-	-	(307)
Fundos não Excluídos					
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	37.574	-	-	-	37.574
Aplicações no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Privados	-	111.364	-	-	111.364
Depósito a prazo fixo no exterior	-	-	-	-	-
Quotas de Fundos de Investimentos Não Excluídos					
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	13.174	-	-	-	13.174
Total	140.005	314.288	137.716	592.009	1.084.018

	Controladora 2018				
	Sem vencimento	Acima de			Total
		De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	3.140	219	1.926.669	1.930.028
Operações Compromissadas	-	201.709	-	-	201.709
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	625.672	625.672
Debêntures	-	508	1.013	45.947	47.468
Letras Financeiras	-	6.942	15.102	25.496	47.540
Títulos Soberanos	-	-	-	827.118	827.118
Outros	(2.056)	-	-	-	(2.056)
Aplicações no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos	-	-	-	-	-
Títulos da Dívida Soberana	-	-	-	-	-
Títulos de Renda Fixa - Privados					
American Deposits Receipt	8.352	-	-	-	8.352
Total	6.296	212.299	16.334	3.608.792	3.843.721

	Controladora 2018				
	Sem vencimento	Acima de			Total
		De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	13.524	-	-	-	13.524
Títulos de Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	51.437	-	-	-	51.437
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	7.124	-	-	7.124
Operações Compromissadas	-	391.965	-	-	391.965
Outros	182	-	-	-	182
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	31.549	-	-	-	31.549
Operações Compromissadas	-	420	-	-	420
Outros	519	-	-	-	519
Fundos não Excluídos	8213	-	-	-	8.213
Títulos de Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	51.437	-	-	-	51.437
Aplicações no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos	-	-	-	-	-
Títulos da Dívida Pública	-	51.690	-	-	51.690
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Depósito a prazo fixo no exterior (I)	-	640.404	-	-	640.404
Quotas de Fundos Não Excluídos					
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	76.878	-	-	-	76.878
Total	182.302	1.091.603	1.059.061	2.372.966	3.614.021

	Controladora 2018				
	Sem vencimento	Acima de			Total
		De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	13.524	-	-	-	13.524
Títulos de Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	51.437	-	-	-	51.437
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	7.124	-	-	7.124
Operações Compromissadas	-	392.214	-	-	392.214
Notas do Tesouro Nacional	-	47.073	-	-	47.073
Quotas de Fundos Excluídos - Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	31.549	-	-	-	31.549
Operações Compromissadas	-	420	-	-	420
Aplicações no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos	-	-	-	-	-
Títulos da Dívida	-	51.690	-	-	51.690
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Depósito a prazo fixo no exterior	-	640.404	-	-	640.404
Total	220.461	1.091.852	1.059.061	2.371.374	3.614.021

	Controladora 2018				
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	1.059.061	1.059.061	25.191	25.192	SELIC
Notas do Tesouro Nacional	-	-	69.192	68.483	8,48% a.a.
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	13.524	13.524	-		

Demonstrações contábeis

Período findo em 31 de dezembro de 2019



REAL PUBLICIDADE

continuação

	Controladora 2018			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos.....	250.544	10.835	81.577	342.956
Automóvel.....	1.718	37	10.903	12.658
Habitacional.....	139	-	7	146
Marítimos.....	23.862	1.259	4.820	29.941
Nucleares.....	33	-	-	33
Patrimonial.....	707.140	75.614	143.454	926.208
Pessoas.....	13.186	1.448	10.589	25.223
Petróleo.....	62.216	301	7.974	70.491
Responsabilidades.....	186.287	22.691	68.647	277.625
Riscos financeiros.....	54.816	5.411	30.009	90.236
Rural.....	21.832	4.066	4.428	30.326
Transportes.....	188.918	381	26.099	215.398
Exterior.....	74.096	-	21.607	95.703
Total.....	1.584.787	122.043	410.114	2.116.944

	Consolidado 2018			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos.....	250.544	10.835	81.577	342.956
Automóvel.....	1.718	37	10.903	12.658
Habitacional.....	139	-	7	146
Marítimos.....	23.862	1.259	4.820	29.941
Nucleares.....	33	-	-	33
Patrimonial.....	707.140	75.614	143.454	926.208
Pessoas.....	13.186	1.448	10.589	25.223
Petróleo.....	62.216	301	7.974	70.491
Responsabilidades.....	186.287	22.691	68.647	277.625
Riscos financeiros.....	54.816	5.411	30.009	90.236
Rural.....	21.832	4.066	4.428	30.326
Transportes.....	188.918	381	26.099	215.398
Exterior.....	74.513	-	21.207	95.720
Total.....	1.585.204	122.043	409.714	2.116.961

	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Saldo anterior - Total.....	2.116.944	2.539.699	2.116.944	2.539.699
PSL - Saldo anterior.....	1.706.830	2.000.168	1.706.830	2.000.168
PSL - Constituição de Sinistros de Retrocessão.....	1.727.181	632.675	1.727.181	632.675
PSL - Reversão de Sinistros de Retrocessão.....	(241.832)	(162.475)	(241.832)	(162.475)
PSL - Estimativa de Salvados e Ressarcimentos.....	(205.032)	-	(205.032)	-
PSL - Recuperação de sinistros.....	(1.190.985)	(759.683)	(1.190.985)	(759.683)
PSL - Juros, atualização monetária e variação cambial.....	62.929	(3.855)	62.929	(3.855)
PSL - Movimentação Ativo.....	152.261	(293.338)	152.261	(293.338)
PSL - Saldo Final.....	1.859.091	1.706.830	1.859.091	1.706.830

	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
IBNR - Saldo anterior.....	410.114	539.531	410.114	539.531
IBNR - Constituição de Sinistros de Retrocessão.....	354.536	(279.128)	354.536	(279.128)
IBNR - Reversão de Sinistros de Retrocessão.....	(187.210)	(118.383)	(187.210)	(118.383)
IBNR - Variação Cambial.....	7.958	31.328	7.958	31.328
IBNR - Movimentação Ativo.....	175.284	(129.417)	175.284	(129.417)
IBNR - Saldo Final.....	585.398	410.114	585.398	410.114
Saldo Final - Total.....	2.444.489	2.116.944	2.444.489	2.116.944

	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Saldo anterior - Total.....	2.116.961	2.539.699	2.116.961	2.539.699
PSL - Saldo anterior.....	1.707.247	2.000.168	1.707.247	2.000.168
PSL - Constituição de Sinistros de Retrocessão.....	1.727.181	632.675	1.727.181	632.675
PSL - Reversão de Sinistros de Retrocessão.....	(241.832)	(162.475)	(241.832)	(162.475)
PSL - Estimativa de Salvados e Ressarcimentos.....	(205.032)	-	(205.032)	-
PSL - Recuperação de sinistros.....	(1.190.985)	(759.683)	(1.190.985)	(759.683)
PSL - Juros, atualização monetária e variação cambial.....	62.512	(3.438)	62.512	(3.438)
PSL - Movimentação Ativo.....	151.844	(292.921)	151.844	(292.921)
PSL - Saldo Final.....	1.859.091	1.707.247	1.859.091	1.707.247

	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
IBNR - Saldo anterior.....	409.714	539.531	409.714	539.531
IBNR - Constituição de Sinistros de Retrocessão.....	354.536	(279.128)	354.536	(279.128)
IBNR - Reversão de Sinistros de Retrocessão.....	(187.210)	(118.366)	(187.210)	(118.366)
IBNR - Variação Cambial.....	8.358	30.945	8.358	30.945
IBNR - Movimentação Ativo.....	175.684	(129.817)	175.684	(129.817)
IBNR - Saldo Final.....	585.398	409.714	585.398	409.714
Saldo Final - Total.....	2.444.489	2.116.961	2.444.489	2.116.961

	Controladora e Consolidado 2019					
	Provisão de prêmios não ganhos		Comissão de resseguro diferida		Total	
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Aeronáuticos.....	26.443	1.794	799	(588)	(251)	(28)
Automóvel.....	2.439	1.406	-	(32)	(18)	-
Habitacional.....	122	58	7	-	(2)	-
Marítimos.....	20.478	1.101	2.441	(565)	(45)	(96)
Nucleares.....	14.056	-	1.471	(1.054)	-	(119)
Patrimonial.....	318.753	90.767	41.184	(11.708)	(7.606)	(2.005)
Pessoas.....	15.729	11.320	1.365	(540)	(370)	(108)
Petróleo.....	196.541	2.285	33.919	(4.899)	(1.42)	(1.131)
Responsabilidades.....	43.912	43.072	2.303	(2.861)	(8.687)	(138)
Riscos financeiros.....	21.421	6.682	1.710	(1.166)	(1.089)	(97)
Rural.....	2.272	4.171	403	(150)	(13)	(40)
Transportes.....	24.623	33.235	10.697	(974)	(2.551)	(2.256)
Exterior.....	235.679	10.196	1.320	(1.906)	(1.128)	(96)
Total.....	922.468	206.085	97.619	(25.443)	(21.902)	(6.114)

	Controladora e Consolidado 2018					
	Provisão de prêmios não ganhos		Comissão de resseguro diferida		Total	
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Aeronáuticos.....	26.477	4.426	418	(89)	(41)	(12)
Automóvel.....	2.967	1.311	-	(38)	(17)	-
Habitacional.....	-	31	-	-	-	-
Marítimos.....	20.768	4.384	2.229	(909)	(248)	(97)
Nucleares.....	13.491	-	1.432	(1.012)	-	(107)
Patrimonial.....	349.555	58.152	33.117	(11.583)	(5.663)	(1.559)
Pessoas.....	10.558	4.425	1.432	(987)	(1.648)	(138)
Petróleo.....	170.321	7.230	23.862	(5.996)	(1.185)	(1.088)
Responsabilidades.....	44.720	28.402	1.646	(3.021)	(2.266)	(105)
Riscos financeiros.....	14.812	-	1.721	(93)	-	(102)
Rural.....	19.542	139	1.122	(405)	(50)	(194)
Transportes.....	22.792	16.849	12.358	(1.941)	(1.941)	(2.914)
Exterior.....	98.689	3.018	1.805	(1.244)	(701)	(112)
Total.....	794.692	128.367	81.142	(27.118)	(12.760)	(6.378)

	Controladora e Consolidado 2018					
	Provisão de prêmios não ganhos		Comissão de resseguro diferida		Total	
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Aeronáuticos.....	26.477	4.426	418	(89)	(41)	(12)
Automóvel.....	2.967	1.311	-	(38)	(17)	-
Habitacional.....	-	31	-	-	-	-
Marítimos.....	20.768	4.384	2.229	(909)	(248)	(97)
Nucleares.....	13.491	-	1.432	(1.012)	-	(107)
Patrimonial.....	349.555	58.152	33.117	(11.583)	(5.663)	(1.559)
Pessoas.....	10.558	4.425	1.432	(987)	(1.648)	(138)
Petróleo.....	170.321	7.230	23.862	(5.996)	(1.185)	(1.088)
Responsabilidades.....	44.720	28.402	1.646	(3.021)	(2.266)	(105)
Riscos financeiros.....	14.812	-	1.721	(93)	-	(102)
Rural.....	19.542	139	1.122	(405)	(50)	(194)
Transportes.....	22.792	16.849	12.358	(1.941)	(1.941)	(2.914)
Exterior.....	98.689	3.018	1.805	(1.244)	(701)	(112)
Total.....	794.692	128.367	81.142	(27.118)	(12.760)	(6.378)

(*) Faz referência à nota 3.3 Demonstrações de resultados - Conciliação, linhas Variação das provisões técnicas - prêmio cedido (c) e Variação das provisões técnicas - comissão cedida (e).

9.3. Outras provisões técnicas
A provisão para excedentes técnicos garante os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos e a provisão de despesas relacionadas constitui cobertura das despesas relacionadas a sinistro.

	Controladora 2019		Consolidado 2018	
	2019	2018	2019	2018
Aeronáuticos.....	72	2.117	-	-
Automóvel.....	320	5	-	-
Marítimos.....	-	-	-	-
Patrimonial.....	2.019	2.166	-	-
Pessoas.....	1.094	6	-	-
Petróleo.....	301	1.926	-	-
Responsabilidades.....	1.228	2.935	-	-
Riscos financeiros.....	1.514	21	-	-
Rural.....	694	367	-	-
Exterior.....	563	-	-	-
Total.....	7.805	9.546	-	-

	Controladora 2019		Consolidado 2018	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Valores provenientes da carteira de investimentos imobiliários.....	36.687	23.200	434.646	(i)
Valores a receber de acordos judiciais.....	4.272	4.200	4.272	4.200
Adiantamento a fornecedores.....	116	1.450	116	1.450
Adiantamento a funcionários.....	985	849	985	849
Outros.....	756	987	12.236	1.699
Total circulante.....	42.816	30.686	452.255	40.116
Não circulante				
Valores a receber da Caixa Econômica Federal.....	16.099	16.098	16.099	16.098
Valores a receber de acordos judiciais.....	-	4.200	-	4.200
Valores a receber Previrb (26.1 e 26.2).....	215.066	160.988	215.066	160.988
Valores a receber de acordos.....	-	-	41.819	12.968
Títulos de crédito privado - Sociedade Economia Mista Federal (ii).....	419.108	161.080	419.108	161.080
Títulos de crédito privado - Com Garantia Real sobre Imóvel (iii).....	195.058	42.752	195.058	42.752
Total não circulante.....	845.331	385.118	887.150	398.086
Total.....	888.147	415.804	1.339.405	438.202

(i) Saldo referente à alienação da carteira de investimentos imobiliários com participação nos shopping centers no valor de R\$ 513.200, com ganho de capital líquido de impostos e despesas relacionadas à venda de R\$ 103.444, demonstrados na nota 1.3. O valor de R\$ 157.908 foi recebido no decorrer do exercício de 2019. O valor de R\$ 109.242 foi recebido em janeiro de 2020, sendo que o saldo remanescente será recebido em até seis meses.

(ii) Em atendimento à Circular Susep nº575, Artigo 14, inciso VII a Companhia informa a expectativa de prazo para realização dos principais ativos de direitos a salvados e ressarcimentos descritos nos ramos de Patrimonial e Riscos Financeiros sendo esta, respectivamente, de aproximadamente 3 e 4 anos.

11. Créditos tributários e previdenciários

11.1. Créditos tributários e previdenciários

	Controladora 2019		Controladora 2018	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (i).....	68.617	66.017	68.617	66.017
Imposto de renda retido na fonte.....	6.913	72	6.913	72
Impostos a compensar/recuperar.....	13.072	3.967	13.072	3.967
Total.....	88.602	70.056	88.602	70.056
Não circulante</				

Demonstrações contábeis

Período findo em 31 de dezembro de 2019



REAL PUBLICIDADE

continuação

17. Provisões para impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ a pagar.....	42.248	25.863	82.720	29.052
CSLL a pagar.....	20.099	31.316	36.991	32.469
PIS/COFINS a pagar.....	8.696	8.210	32.344	8.494
Total.....	71.043	65.389	152.055	70.015

18. Débito de operações de resseguro e retrocessão

As contas de débitos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a pagar resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras e resseguradoras do país e do exterior, acrescidos dos prêmios a pagar, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a pagar e dos débitos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

18.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Operações com seguradoras.....	2.095	251	2.095	251
Operações com resseguradoras.....	1.355.491	1.251.262	1.355.491	1.251.262
Corretores de resseguros, retrocessões e outros.....	143.981	105.788	143.981	106.099
Outros débitos operacionais.....	7.056	35.458	7.056	35.458
Total.....	1.508.623	1.392.759	1.508.623	1.393.070
Não circulante				
Outros débitos operacionais.....	789	789	789	789
Total.....	1.509.412	1.393.548	1.509.412	1.393.859

18.2. Movimentação

	Controladora						
	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Comissões Sinistros	Outros	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	753.563	195.055	118.040	71.391	82.759	31.876	1.252.684
Prêmios por cessão de riscos a repassar.....	1.913.773	78.677	15.999	-	-	-	- 2.008.449
Baixa por prestação de contas.....	- (125.579)	-	-	-	-	-	- (125.579)
Repasses de prêmios por cessão de riscos.....	(1.762.831)	-	-	-	-	-	- (1.762.831)
Comissões e juros de retrocessões a pagar.....	(84.346)	(4.302)	-	-	-	-	- (88.648)
Reversão de comissão estimado.....	-	13.638	-	-	-	-	13.638
Comissões e juros de retrocessões pagos.....	89.569	-	-	-	-	-	89.569
Sinistro de resseguro a pagar.....	-	-	-	-	26.659	-	26.659
Sinistro de resseguro pagos.....	-	-	-	(24.908)	-	-	(24.908)
Comissão de corretagem a pagar.....	-	-	-	-	133.908	-	133.908
Comissão de corretagem pagos.....	-	-	-	-	(115.690)	-	(115.690)
Outros a pagar.....	-	-	-	-	29.927	-	29.927
Outros pagos.....	-	-	-	-	(94.283)	8.354	(85.929)
Varição cambial.....	19.978	4.310	12.417	4.766	4.811	(3.983)	42.299
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	929.706	161.799	146.456	13.552	105.788	36.247	1.393.548
Prêmios por cessão de riscos a repassar.....	1.969.578	482.738	5.759	-	-	-	- 2.458.075
Baixa por prestação de contas.....	- (377.417)	-	-	-	-	-	- (377.417)
Repasses de prêmios por cessão de riscos.....	(1.945.472)	-	-	-	-	-	- (1.945.472)
Comissões e juros de retrocessões a pagar.....	(121.181)	(14.447)	-	-	-	-	- (135.628)
Reversão de comissão estimado.....	-	28.731	-	-	-	-	28.731
Comissões e juros de retrocessões pagos.....	123.930	-	-	-	-	-	123.930
Sinistro de resseguro a pagar.....	-	-	-	-	386.334	-	386.334
Sinistro de resseguro pagos.....	-	-	-	-	(387.520)	-	(387.520)
Comissão de corretagem a pagar.....	-	-	-	-	189.637	-	189.637
Comissão de corretagem pagos.....	-	-	-	-	(152.789)	-	(152.789)
Outros a pagar.....	(28.233)	-	-	1.040	-	-	(27.193)
Outros pagos.....	-	-	-	-	(27.511)	-	(27.511)
Varição cambial.....	(19.263)	(587)	4.106	(2.022)	1.345	(892)	(17.313)
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	909.065	280.817	156.321	11.384	143.981	7.844	1.509.412

	Consolidado						
	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Comissões Sinistros	Outros	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	753.563	195.055	118.040	71.391	82.759	31.876	1.252.684
Prêmios por cessão de riscos a repassar.....	1.913.773	78.677	15.999	-	-	-	- 2.008.449
Baixa por prestação de contas.....	- (125.579)	-	-	-	-	-	- (125.579)
Repasses de prêmios por cessão de riscos.....	(1.762.831)	-	-	-	-	-	- (1.762.831)
Comissões e juros de retrocessões a pagar.....	(84.346)	(4.302)	-	-	-	-	- (88.648)
Reversão de comissão estimado.....	-	13.638	-	-	-	-	13.638
Comissões e juros de retrocessões pagos.....	89.569	-	-	-	-	-	89.569
Sinistro de resseguro a pagar.....	-	-	-	-	26.659	-	26.659
Sinistro de resseguro pagos.....	-	-	-	(24.908)	-	-	(24.908)
Comissão de corretagem a pagar.....	-	-	-	-	189.637	-	189.637
Comissão de corretagem pagos.....	-	-	-	-	(152.789)	-	(152.789)
Outros a pagar.....	(28.233)	-	-	1.040	-	-	(27.193)
Outros pagos.....	-	-	-	-	(27.511)	-	(27.511)
Varição cambial.....	19.978	4.310	12.417	4.766	4.811	(3.983)	42.299
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	929.706	161.799	146.456	13.552	105.788	36.247	1.393.548
Prêmios por cessão de riscos a repassar.....	1.969.578	482.738	5.759	-	-	-	- 2.458.075
Baixa por prestação de contas.....	- (377.417)	-	-	-	-	-	- (377.417)
Repasses de prêmios por cessão de riscos.....	(1.945.472)	-	-	-	-	-	- (1.945.472)
Comissões e juros de retrocessões a pagar.....	(121.181)	(14.447)	-	-	-	-	- (135.628)
Reversão de comissão estimado.....	-	28.731	-	-	-	-	28.731
Comissões e juros de retrocessões pagos.....	123.930	-	-	-	-	-	123.930
Sinistro de resseguro a pagar.....	-	-	-	-	386.334	-	386.334
Sinistro de resseguro pagos.....	-	-	-	-	(387.520)	-	(387.520)
Comissão de corretagem a pagar.....	-	-	-	-	189.637	-	189.637
Comissão de corretagem pagos.....	-	-	-	-	(152.789)	-	(152.789)
Outros a pagar.....	(28.233)	-	-	1.040	-	-	(27.193)
Outros pagos.....	-	-	-	-	(27.511)	-	(27.511)
Varição cambial.....	(19.263)	(587)	4.106	(2.022)	1.345	(892)	(17.313)
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	909.065	280.817	156.321	11.384	143.981	7.844	1.509.412

	Consolidado						
	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Comissões Sinistros	Outros	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	753.563	195.055	118.040	71.391	82.759	31.876	1.252.684
Prêmios por cessão de riscos a repassar.....	1.913.773	78.677	15.999	-	-	-	- 2.008.449
Baixa por prestação de contas.....	- (125.579)	-	-	-	-	-	- (125.579)
Repasses de prêmios por cessão de riscos.....	(1.762.831)	-	-	-	-	-	- (1.762.831)
Comissões e juros de retrocessões a pagar.....	(84.346)	(4.302)	-	-	-	-	- (88.648)
Reversão de comissão estimado.....	-	13.638	-	-	-	-	13.638
Comissões e juros de retrocessões pagos.....	89.569	-	-	-	-	-	89.569
Sinistro de resseguro a pagar.....	-	-	-	-	26.659	-	26.659
Sinistro de resseguro pagos.....	-	-	-	(24.908)	-	-	(24.908)
Comissão de corretagem a pagar.....	-	-	-	-	189.637	-	189.637
Comissão de corretagem pagos.....	-	-	-	-	(152.789)	-	(152.789)
Outros a pagar.....	(28.233)	-	-	1.040	-	-	(27.193)
Outros pagos.....	-	-	-	-	(27.511)	-	(27.511)
Varição cambial.....	19.978	4.310	12.417	4.766	4.811	(3.983)	42.299
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	929.706	161.799	146.456	13.552	106.099	36.247	1.393.859
Prêmios por cessão de riscos a repassar.....	1.969.578	482.738	5.759	-	-	-	- 2.458.075
Baixa por prestação de contas.....	- (377.417)	-	-	-	-	-	- (377.417)
Repasses de prêmios por cessão de riscos.....	(1.945.472)	-	-	-	-	-	- (1.945.472)
Comissões e juros de retrocessões a pagar.....	(121.181)	(14.447)	-	-	-	-	- (135.628)
Reversão de comissão estimado.....	-	28.731	-	-	-	-	28.731
Comissões e juros de retrocessões pagos.....	123.930	-	-	-	-	-	123.930
Sinistro de resseguro a pagar.....	-	-	-	-	386.334	-	386.334
Sinistro de resseguro pagos.....	-	-	-	-	(387.520)	-	(387.520)
Comissão de corretagem a pagar.....	-	-	-	-	189.637	-	189.637
Comissão de corretagem pagos.....	-	-	-	-	(152.789)	-	(152.789)
Outros a pagar.....	(28.233)	-	-	1.040	-	-	(27.193)
Outros pagos.....	-	-	-	-	(27.511)	-	(27.511)
Varição cambial.....	(19.263)	(587)	4.106	(2.022)	1.345	(892)	(17.313)
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	909.065	280.817	156.321	11.384	143.981	7.844	1.509.412

	Consolidado						
	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Comissões Sinistros	Outros	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	753.563	195.055	118.040	71.391	82.759	31.876	1.252.684
Prêmios por cessão de riscos a repassar.....	1.913.773	78.677	15.999	-	-	-	- 2.008.449
Baixa por prestação de contas.....	- (125.579)	-	-	-	-	-	- (125.579)
Repasses de prêmios por cessão de riscos.....	(1.762.831)	-	-	-	-	-	- (1.762.831)
Comissões e juros de retrocessões a pagar.....	(84.346)	(4.302)	-	-	-	-	- (88.648)
Reversão de comissão estimado.....	-	13.638	-	-	-	-	13.638
Comissões e juros de retrocessões pagos.....	89.569	-	-	-	-	-	89.569
Sinistro de resseguro a pagar.....	-	-	-	-	26.659	-	26.659
Sinistro de resseguro pagos.....	-	-	-	(24.908)	-	-	(24.908)
Comissão de corretagem a pagar.....	-	-	-	-	189.637	-	189.637
Comissão de corretagem pagos.....	-	-	-	-	(152.789)	-	(152.789)
Outros a pagar.....	(28.233)	-	-	1.040	-	-	(27.193)
Outros pagos.....	-	-	-	-	(27.511)	-	(27.511)
Varição cambial.....	19.978	4.310	12.417	4.766	4.811	(3.983)	42.299
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	929.706	161.799	146.456	13.552	106.099	36.247	1.393.859
Prêmios por cessão de riscos a repassar.....	1.969.578	482.738	5.759	-	-	-	- 2.458.075
Baixa por prestação de contas.....	- (377.417)	-	-	-	-	-	- (377.417)
Repasses de prêmios por cessão de riscos.....	(1.945.472)	-	-	-	-	-	- (1.945.472)
Comissões e juros de retrocessões a pagar.....	(121.181)	(14.447)	-	-	-	-	- (135.628)
Reversão de comissão estimado.....	-	28.731	-	-	-	-	28.731
Comissões e juros de retrocessões pagos.....	123.930	-	-	-	-	-	123.930
Sinistro de resseguro a pagar.....	-	-	-	-	386.334	-	386.334
Sinistro de resseguro pagos.....	-	-	-	-	(387.520)	-	(387.520)
Comissão de corretagem a pagar.....	-	-	-	-	189.637	-	189.637
Comissão de corretagem pagos.....	-	-	-	-	(152.789)	-	(152.789)
Outros a pagar.....	(28.233)	-	-	1.040	-	-	(27.193)
Outros pagos.....	-	-	-	-	(27.511)	-	(27.511)
Varição cambial.....	(19.263)	(587)	4.106	(2.022)	1.345	(892)	(17.313)
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	909.065	280.817	156.321	11.384	143.981	7.844	1.509.412

Demonstrações contábeis

Período findo em 31 de dezembro de 2019



continuação

Atualmente, aguarda-se julgamento de agravo contra decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário interposto pelo IRB Brasil RE.

Já com relação à Execução Fiscal de ISS, cuja discussão principal é acerca de supostos débitos de ISS sobre serviços de corretagem, administração de consórcios, administração de bens de terceiros e diferenças de valores referentes ao processamento de dados referentes ao período de abril de 1984 a janeiro de 1989, os advogados que patrocinam a causa classificam como possível a probabilidade de perda da demanda.

22.3.2. Ações trabalhistas/Cíveis

A Companhia encontra-se envolvida em demandas de natureza trabalhista ajuizadas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetivam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de cargos e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais, bem como pedidos de equiparação salarial e de reintegração. A Administração da Companhia, após análise individualizada dos referidos processos, constituiu provisão com relação aqueles classificados como de perda provável, sendo considerados para efeitos de provisão trabalhista aqueles que estejam em fase de liquidação e execução de sentença.

Os consultores jurídicos externos da Companhia estimam o valor atualizado dos referidos processos em R\$ 47.977 e classificam as chances de perda como provável. As causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas possíveis totalizam R\$ 97.027 (R\$ 67.501 em 2018).

Com relação a estes processos, destaca-se a ação civil pública, que tramita na 75ª Vara do Trabalho-RJ, proposta pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Resseguros - SINTRES e pela Federação Nacional dos Securitários - FENESPIC, contra a Companhia, com o objetivo de determinar o restabelecimento de todos os benefícios e modalidade de custeio estabelecidos pelo plano de saúde mantido no passado pela Companhia, na modalidade de autogestão, sob o argumento de que foram promovidas substanciais alterações unilaterais e prejudiciais aos empregados e aposentados da Companhia. Além do restabelecimento das condições originais, postulam o pagamento de indenização por danos morais aos substituídos e às entidades sindicais.

Atualmente, aguarda-se o julgamento de recurso ordinário interposto pelo IRB Brasil RE contra sentença de primeiro grau desfavorável à tese da Companhia.

Os consultores jurídicos da Companhia estimam o valor em risco neste processo de R\$ 18.332 (R\$ 16.891 em 2018) e classificam sua probabilidade de perda como possível.

22.3.3. Contribuição Social sobre o Lucro

Com a publicação da Medida Provisória nº 413/08, convertida na Lei nº 11.727 de 23 de junho de 2008, houve aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15%, para as pessoas jurídicas de seguros privados, instituições financeiras e sociedades equiparadas, a partir da competência de maio de 2008.

Em junho de 2008, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, questionando a constitucionalidade dessa majoração de alíquota, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Em 31 de dezembro de 2019, o valor depositado judicialmente atualizado para pagamento da CSLL totaliza R\$ 467.229 (Nota 22) (R\$ 451.404 em 2018).

Mandado de Segurança impetrado em 30 de outubro de 2015 (Majoração da Alíquota da CSLL de 15% para 20%):

Em 30 de outubro de 2015, a Companhia impetrou novo Mandado de Segurança objetivando questionar a Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169 de 7 de outubro de 2015, que, alterando o disposto no artigo 3º, inciso I, da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, majorou, a partir do mês de setembro de 2015, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e das instituições financeiras e equiparadas, de 15% para 20%. Em novembro de 2015, foi proferida decisão nos autos do referido Mandado de Segurança rejeitando o pedido de liminar postulado, sob as alegações de que a discussão acerca da majoração da alíquota de CSLL para as instituições financeiras e equiparadas não seria nova, haja vista a edição anterior da Medida Provisória nº 413/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.727/2008.

Importante ressaltar que a Companhia vinha realizando depósito judicial da parcela controversa da discussão em comento, todavia partir de setembro de 2015, a estratégia em comento foi alterada, passando-se a recolher, mensalmente aos cofres públicos, o valor integral da contribuição devida (20,0%), ou seja, tanto a parcela incontroversa (9,0%) quanto a parcela controversa (11,0%).

Após decisões desfavoráveis à tese do IRB Brasil RE em primeira e segunda instância, foi interposto recurso extraordinário, o qual teve seu seguimento negado através de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, aguarda-se a remessa dos autos para sua vara de origem para discussão do valor que será convertida em renda em favor da União.

Em relação ao Mandado de Segurança nº 0134273-19.2015.4.02.5101, o 4º Turma do TRF 2ª Região proferiu acórdãos negando provimento ao recurso de apelação interposto pelo IRB Brasil RE, bem como não acolhendo os embargos de declaração opostos pela Companhia, mantendo-se, assim, a sentença que denegou a segurança pleiteada nos autos. Atualmente, a Companhia aguarda decisão acerca de recurso extraordinário interposto contra o acórdão supramencionado.

23. Provisões trabalhistas

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Provisão para férias e 13º salário.....	10.336	8.981
Provisão para licença prêmio e previdência privada.....	-	3
	10.336	8.984

	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Provisão para férias e 13º salário.....	10.714	9.089
Provisão para licença prêmio e previdência privada.....	-	3
	10.714	9.092

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital

Em 29 de dezembro de 2014, a 47ª Assembleia Geral Extraordinária do IRB Brasil RE aprovou o desdobramento das ações, na proporção de 300 (trezentas) ações ordinárias para cada ação ordinária de emissão da Companhia, sem modificação do valor do capital social, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração em sua reunião de 24 de outubro de 2014, perfazendo o capital social, representado por 312.000.000 (trezentos e doze milhões) de ações ordinárias e 1 (uma) ação preferencial da classe especial de titularidade da União.

Em 19 de setembro de 2019, a 64ª Assembleia Geral Extraordinária do IRB Brasil RE aprovou o desdobramento das ações, na proporção de 3 (três) ações ordinárias para cada ação ordinária de emissão da Companhia, sem modificação do valor do capital social, perfazendo o capital social, representado por 936.000.000 (novecentos e trinta e seis milhões) de ações ordinárias e 1 (uma) ação preferencial da classe especial de titularidade da União.

Em 31 de dezembro de 2019, a participação acionária do IRB Brasil RE está composta da seguinte forma:

25. Detalhamento das contas de resultado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os prêmios ganhos, a sinistralidade e o comissionamento para os principais ramos estão demonstrados a seguir:

25.1. Prêmios ganhos - principais grupos de atuação (Bruto de retrocessão)

	Controladora e Consolidado										
	Prêmios emitidos brutos		Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos	% Sinistralidade Circular Susep 517/15	% Sinistralidade Visão de negócio (*)	% Comissão Circular Susep 517/15	% Comissão Gerencial
Aeronáuticos.....	92.971	(5.601)	(2.806)	(1.397)	(381)	82.786	(409,6%)	122,5%	30,8%	30,8%	
Automóvel.....	31.877	(6.170)	(4.209)	1.224	(477)	22.245	(195,5%)	27,3%	27,3%	27,3%	
Habitacional.....	89.428	(6.224)	3.264	(1.223)	(1.520)	83.725	12,5%	10,8%	9,4%	9,4%	
Marítimos.....	81.072	424	10.525	(308)	(70)	91.643	21,0%	22,6%	9,0%	8,3%	
Nucleares.....	18.918	(1.188)	(2.519)	953	167	16.331	0,0%	0,0%	(162,7%)	(162,7%)	
Patrimonial.....	1.547.467	(110.409)	(197.407)	14.891	(279)	1.254.263	50,3%	11,7%	14,6%	14,7%	
Pessoas.....	397.612	(27.064)	(21.278)	529	(5.433)	344.366	60,3%	45,8%	6,5%	6,5%	
Petróleo.....	654.865	(6.111)	(157.277)	(305)	-	496.672	32,4%	2,5%	5,7%	5,4%	
Responsabilidades.....	189.143	(19.717)	(19.824)	4.134	(34)	153.702	(48,9%)	(179,1%)	41,2%	41,2%	
Riscos financeiros.....	329.221	(129.663)	(56.019)	22.758	(14.894)	151.403	(147,3%)	45,7%	45,8%	45,8%	
Rural.....	1.103.376	(365.601)	(40.526)	13.122	(79.986)	790.357	200,9%	104,0%	32,1%	32,1%	
Transportes.....	289.495	(33.729)	(28.093)	1.538	(1.649)	227.562	(17,1%)	(6,1%)	18,5%	18,2%	
Exterior.....	3.688.649	(470.490)	(344.578)	49.550	(23.154)	2.899.977	83,2%	10,6%	16,7%	16,7%	
Total.....	8.514.094	(1.176.043)	(860.747)	105.466	32.262	6.615.032	65,5%	51,1%	19,9%	19,9%	

	Controladora e Consolidado										
	Prêmios emitidos brutos		Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos	% Sinistralidade Circular Susep 517/15	% Sinistralidade Visão de negócio (*)	% Comissão Circular Susep 517/15	% Comissão Gerencial
Aeronáuticos.....	74.711	(6.465)	15.655	(3.111)	(295)	83.295	(169,6%)	143,7%	32,4%	32,4%	
Automóvel.....	17.355	965	15	(409)	142	18.068	279,7%	360,1%	(4,8%)	(4,8%)	
Habitacional.....	54.993	(3.690)	(4.873)	683	(5.552)	41.561	37,3%	34,5%	8,9%	8,9%	
Marítimos.....	101.291	(600)	(913)	(1.502)	(114)	98.162	22,6%	39,0%	12,0%	11,4%	
Nucleares.....	17.140	21	(633)	-	(211)	16.317	0,0%	(0,5%)	227,4%	417,0%	
Patrimonial.....	1.256.655	(69.864)	(7.856)	5.832	(4.159)	1.180.608	12,9%	(1,7%)	10,8%	10,8%	
Pessoas.....	294.662	(29.681)	825	(5.415)	3.507	263.898	61,7%	59,4%	12,6%	12,5%	
Petróleo.....	537.021	(1.720)	3.555	5.001	(226)	538.582	2,0%	11,4%	8,6%	7,5%	
Responsabilidades.....	150.845	(14.482)	(17.256)	2.401	(143)	121.365	94,2%	71,2%	(2,1%)	(2,1%)	
Riscos financeiros.....	309.586	(123.388)	(32.863)	12.430	(13.828)	151.937	(30,0%)	(1,2%)	45,2%	45,2%	
Rural.....	1.162.711	(296.153)	(92.160)	21.695	(76.497)	719.596	56,4%	41,1%	28,6%	28,6%	
Transportes.....	240.261	(32.615)	(29.520)	4.400	2.907	185.433	45,9%	10,3%	17,8%	17,3%	
Exterior.....	2.744.109	(348.156)	(64.415)	13.455	823	2.345.816	76,5%	79,3%	22,8%	15,8%	
Total.....	6.961.340	(925.828)	(230.439)	52.759	(93.194)	5.764.638	48,9%	55,9%	19,5%	18,9%	

(*) Sinistralidade calculada líquida de retrocessão sem efeito que impacta o resultado.

25.2. Sinistros ocorridos - principais grupos de atuação (Bruto de retrocessão)

	Controladora e Consolidado					
	Variação da estimativa (expectativa) de salvados e ressarcimentos		Salvados e ressarcimentos	Varição de IBNR	Varição da PDR	Sinistros ocorridos
Aeronáuticos.....	(72.171)	49.962	353.736	5.314	2.213	339.054
Automóvel.....	14.860	6	598	1.693	72	17.229
Habitacional.....	(12.877)	-	-	2.626	(176)	(10.427)
Marítimos.....	(7.647)	2	1.072	(12.669)	(44)	(19.286)
Patrimonial.....	(1.002.010)	5.536	274.351	92.065	(343)	(630.401)
Pessoas.....	(178.037)	-	68	(29.663)	(189)	(207.821)
Petróleo.....	(159.925)	-	(906)	6	(160.825)	-
Responsabilidades.....	58.049	-	31	14.560	2.550	75.190
Riscos financeiros.....	(21.536)	32.190	156.804	49.414	6.213	223.085
Rural.....	(1.422.412)	-	700	(166.297)	115	(1.587.894)
Transportes.....	(178.885)	203.975	5.272	9.107	(562)	38.907
Exterior.....	(2.259.321)	13.699	(4.912)	(160.802)	-	(2.411.337)
	(5.241.912)	305.370	787.720	(195.558)	9.855	(4.334.525)

	Controladora e Consolidado					
	Sinistros diretos		Salvados e ressarcimentos	Varição de IBNR	Varição da PDR	Sinistros ocorridos
Aeronáuticos.....	27.217	13.373	97.414	3.299	141.303	150.335
Automóvel.....	(31.225)	74	(18.330)	(1.054)	(60.535)	-
Habitacional.....	(16.467)	-	1.125	(144)	(15.486)	-
Marítimos.....	(26.903)	112	4.808	(175)	(22.158)	-
Nucleares.....	(2)	-	-	-	(2)	-
Patrimonial.....	(461.599)	193.379	117.090	(1.116)	(152.246)	-
Pessoas.....	(147.090)	6	(15.491)	(131)	(162.706)	-
Petróleo.....	(19.952)	-	9.054	9	(10.889)	-
Responsabilidades.....	(51.443)	387	(58.918)	(4.365)	(114.339)	-
Riscos financeiros.....	1.001	10.534	36.735	(2.622)	45.648	-
Rural.....	(384.488)	1.813	(23.320)	(6)	(406.001)	-
Transportes.....	(107.828)	35.703	(12.565)	(487)	(85.177)	-
Exterior.....	(1.670.848)	12.202	(329.382)	(31)	(1.988.059)	-
	(2.889.627)	267.583	(191.780)	(6.823)	(2.820.647)	-

O quadro abaixo demonstra a movimentação de Salvados e Ressarcimentos:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial.....	279.546	72.901
Constituições.....	787.720	267.583
Recbecimento.....	(439.615)	(65.630)
Varição Cambial, juros e atualização monetária.....	7.275	4.692
Saldo Final.....	634.926	279.546

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial.....	20.736	11.415
Constituições.....	386.334	26.559
Recbecimento.....	(391.391)	(20.521)
Varição Cambial, juros e atualização monetária.....	(332)	3.183
Saldo Final.....	15.347	20.736

Acionista	ON	% participação do capital em circulação
Bradesco Seguros S.A.....	142.560.639	15,3%
Itaú Seguros S.A.....	104.284.743	11,2%
BlackRock.....	47.868.096	5,1%
Outros.....	636.532.722	68,4%
	931.246.200	100,0%

24.2. Ações em tesouraria

A Companhia possui 4.753.800 ações em tesouraria, que representam um total de R\$ 12.956.

24.3. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5,0% do lucro líquido do exercício, tendo como limite 20,0% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A reserva para reinvestimento é constituída com base na proposta dos órgãos da Administração da Companhia, com base em previsão orçamentária, e deliberada pela Assembleia-Geral para retenção de parcela do lucro líquido do exercício, de acordo com o disposto no art. 196, parágrafo 1º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. O saldo desta reserva limita-se ao capital social da Companhia e destina-se a realização de projetos de investimentos.

A Companhia antecipo no exercício a remuneração aos acionistas a título de juros sobre capital, no valor bruto de R\$ 257.288 (245.951 em 2018), à conta de reserva de lucros.

De acordo com a Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas), em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. A Resseguradora atingiu esse limite e, deliberar sobre a aplicação do excesso em Assembleia Geral.

24.4. Ajuste de avaliação patrimonial

A movimentação é apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	2019	2018
Saldo no início do exercício.....	(113.381)	(76.618)	
Ganho (perda) originado do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício.....	(1.608)	16.118	
Ganhos (perdas) não realizados com títulos e valores mobiliários - Controladas.....	6.584	(22.506)	
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego.....	(23.418)	1.595	
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda a valor justo.....	643	(8.428)	
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego.....	11.156	(1.982)	
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior (I).....	(71.047)	(22.017)	
Saldo no final do exercício.....	(191.071)	(113.381)	

(I) As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Companhia, das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação da Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

24.5. Lucro por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Controladora e Consolidado	2019	2018
Numerador			
Lucro líquido do exercício.....	1.763.536	1.218.796	
Denominador (quantidade de ações em unidades)			
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação.....	931.246.200	931.246.200	
Lucro por ação.....	1,89	1,31	

No exercício de 2019, foi constituído o Programa de Incentivo de Longo Prazo de Ações Restritas destinado aos Diretores Executivos da Companhia (nota 21.1.1). Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima, já que a quantidade de ações outorgadas no Programa, não impacta de forma significativa o lucro por ação do exercício.

24.6. Dividendos e juros sobre capital próprio

	Controladora e Consolidado	2019	2018
I - Cálculo			
Lucro líquido do exercício.....	1.763.536	1.218.796	
Constituição de reserva legal (5,0%).....	(88.177)	(60.940)	
Base de cálculo dos dividendos.....	1.675.359	1.157.856	
Dividendo mínimo obrigatório (25,0%).....	(418.840)	(289.464)	
Dividendo adicional proposto a pagar.....	(764.502)	(578.928)	
	(1.183.342)	(868.392)	
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos.....	70,6%	75,0%	
(-) J			

Demonstrações contábeis

Período findo em 31 de dezembro de 2019



Líder em resseguros na América Latina

REAL PUBLICIDADE

continuação

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Plano de benefícios pós-emprego administrados pela PREVIRB		Plano de benefícios pós-emprego administrados pelo IRB	
	2019	2018	2019	2018
Taxa real de desconto (*)	3,25%	4,5%	3,25%	4,5%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos	INPC + 3,25%	a.a. INPC + 4,50%	INPC + 3,25%	a.a. INPC + 4,50%
Projeção de crescimento real de salário	Plano A: Não adotada	Plano A: Não adotada	Médico: 0% Demais Planos: Não se aplica	Médico: 0% Demais Planos: Não se aplica
Projeção de crescimento real do maior salário de beneficiário do INSS	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrandos	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre rotatividade	Plano B: 5,3%	Plano B: 3%		
Fatores de determinação do valor real ao longo do tempo, benefícios do INSS e do plano	Não adotados	Não adotados	Não se aplica	Não se aplica

Hipóteses demográficas	2019	2018
Tábua de sobrevivência: Plano Pré-68	Não se aplica	Não se aplica
Plano A: Não adotada	PLANO A: Não adotada	PLANO A: Não adotada
Plano B: AT-2000	10%/PLANO B: AT-2000	10%/PLANO B: AT-2000
M&F (suav.)	M&F (suav.)	M&F (suav.)
10% (D10)	10% (D10)	10% (D10)
MI 85	MI 85	MI 85
ÁLVARO	ÁLVARO	ÁLVARO
VINDAS	VINDAS	VINDAS

Cabe ressaltar ainda que foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 4 (quatro) anos. A taxa encontrada a título de HCCTR (Health Care Cost Trend Rate) foi de 4,9% a.a., acima do Aging Factor de 2,0% a.a. e da inflação geral de 4,0% a.a.. Tal taxa é aplicada de maneira uniforme ao longo dos primeiros 9 (nove) anos, permanecendo em 1,0% a.a. a partir do 10º (décimo) ano.

26.1. Planos de contribuição variável

A Companhia é patrocinadora do plano Previdencial B (Plano de contribuição variável, a partir de 2004). Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia em fundos controlados por agentes fiduciários.

O montante de contribuições pagas pela Companhia, no presente exercício, a aliquotas especificadas pelas regras desse plano pela Companhia foi de R\$ 12.674 (R\$ 10.286 em 2018).

Nessa avaliação atuarial foi apurado um *superávit* técnico de R\$ 30.023 (R\$ 51.777 em 2018) na PREVIRB que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, não foi contabilizado na patrocinadora. A PREVIRB constituiu em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 926 (R\$ 1.780 em 2018) na reserva especial que tem como finalidade registrar o valor a ser devolvido ao patrocinador dos planos de benefícios definidos decorrente de excesso de *superávit*.

Dessa forma, a Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis o referido montante, uma vez que foram atendidos todos os requisitos da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNP) nº 30, de 10 de outubro de 2018, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na destinação e utilização de *superávit*.

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do Plano B no exercício atual é apresentada a seguir:

	2019	2018
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	113.512	87.032
Custo dos serviços correntes	1.609	4.068
Custo dos juros	6.59	8.00
Perda atuarial	43.474	29.280
Benefícios pagos	(5.510)	(6.948)
Valor presente das obrigações atuariais	160.254	113.512
A movimentação no valor justo dos ativos do Plano B no exercício atual é apresentada a seguir:		
Valor justo inicial dos ativos do plano	165.289	124.164
Retorno ocorrido nos investimentos	14.382	11.449
Contribuições do empregador	12.674	10.286
Contribuições dos participantes do plano	14.686	10.286
Benefícios pagos	(5.510)	(6.948)
Retorno sobre os ativos	(11.244)	16.052
Valor justo final dos ativos do plano	190.277	165.289
O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:		
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(160.254)	(113.512)
Valor justo dos ativos do plano	190.277	165.289
Situação financeira	30.023	51.777
Efeito do teto de ativos	(30.023)	(51.777)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	-	-

26.2. Planos de benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido (Plano de Benefícios A e Plano Pré-68) para os empregados que se qualificam. De acordo com esses planos, os empregados têm direito à complementação calculada com base no estípidio mensal, apurado na data de sua aposentadoria.

Plano A

O montante de contribuições pagas pela Companhia, no presente exercício, a aliquotas especificadas pelas regras desse plano foi de R\$ 25 (R\$ 32 em 2018).

Foi apurado um *superávit* técnico de R\$ 529.438 (R\$ 823.680 em 2018) que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, não foi contabilizado na patrocinadora. A PREVIRB constituiu em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 159.208 em 2018) na reserva especial que tem como finalidade registrar o valor a ser devolvido ao patrocinador dos planos de benefícios definidos decorrente de excesso de *superávit*.

Dessa forma, a Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis o referido montante, uma vez que foram atendidos todos os requisitos da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNP) nº 30, de 10 de outubro de 2018, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na destinação e utilização de *superávit*.

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do Plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2019	2018
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.371.117	1.401.904
Custo dos juros	114.280	124.018
Perda (ganho) atuarial	194.259	(44.369)
Benefícios pagos	(113.390)	(110.436)
Valor presente das obrigações atuariais	1.566.266	1.371.117
A movimentação no valor justo dos ativos do Plano A no exercício atual é apresentada a seguir:		
Valor justo inicial dos ativos do plano	2.194.797	1.966.036
Retorno ocorrido nos investimentos	190.967	181.288
Contribuições do empregador	25	32
Contribuições dos participantes do plano	25	55
Benefícios pagos	(113.390)	(110.436)
Retorno sobre os ativos	(176.720)	157.822
Valor justo final dos ativos do plano	2.095.704	2.194.797
O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:		
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	1.566.266	1.371.117
Valor justo dos ativos do plano	(2.095.704)	(2.194.797)
Situação financeira	(529.438)	(823.680)
Efeito do teto de ativos	529.438	823.680
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	-	-

A seguir encontram-se discriminados os Recursos Garantidores das Reservas do Plano A da PREVIRB:

	2019	2018
Disponível	61	52
Realizável de Investimentos		
Títulos públicos	163.270	1.545.597
Créditos privados e depósitos	202.966	206.803
Ações	391.310	200.804
Fundos de investimentos	1.594.662	170.295
Investimentos imobiliários	83.218	84.718
Empréstimos e financiamentos	6.285	5.863
	2.441.772	2.274.132

Exigível operacional de investimentos

Outras exigibilidades (IOF)/Aluguéis e Renda

	2019	2018
	(6)	(1)
	(6)	(1)

Exigível contingencial de investimentos

Recursos garantidores

	2019	2018
	(25.359)	(26.291)
	2.416.407	2.247.840

Plano Pré-68

A Companhia possui provisão técnica para fazer face às obrigações relativas aos benefícios supramencionados, que abrangem 208 integrantes, em 31 de dezembro de 2019 (224 em 31 de dezembro de 2018), sendo 198 aposentados com idade média de 85,18 anos (84,62 anos em 31 de dezembro de 2018) e 10 pensionistas com idade média de 83,65 anos (84,36 anos em 31 de dezembro de 2018).

O montante de benefícios pagos pela Companhia aos participantes/beneficiários no presente exercício, de acordo com as regras desse plano, foi de R\$ 20.173 (R\$ 20.715 em 31 de dezembro de 2018).

Nessa avaliação atuarial, o saldo provisionado foi de R\$ 135.780 (R\$ 137.867 em 31 de dezembro de 2018), em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Cabe esclarecer que o valor do contrato de dívida firmado entre o IRB Brasil RE e a PREVIRB, em dezembro de 2015, para migração da operacionalização de pagamentos dos benefícios previdenciários do plano Pré-68, foi atualizado, atingindo o montante de R\$ 138.424 (R\$ 149.951 em 31 de dezembro de 2018).

Considerando-se que este grupo de participantes integra o Plano A da Fundação, os resultados do Plano Pré-68 poderiam compor os resultados do Plano A, contudo, serão apresentados nesta Nota de forma discriminada apenas para facilitar a compreensão do processo.

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do plano de benefício definido no exercício atual é apresentada a seguir:

	2019	2018
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	137.867	138.770
Custo dos juros	11.180	11.923
Perda atuarial	6.906	7.889
Benefícios pagos	(20.173)	(20.715)
Valor presente das obrigações atuariais	135.780	137.867
A movimentação no valor justo dos ativos do plano no exercício atual é apresentada a seguir:		
Contribuições do empregador	20.173	20.715
Benefícios pagos	(20.173)	(20.715)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-
Os valores apurados no resultado de dezembro de 2019 e os valores projetados para o exercício de 2020 são apresentados a seguir:		
	2020	2019
Custo dos juros	8.316	11.180
Despesa no final do exercício	8.316	11.180
O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:		
Valor presente da obrigação de benefício definido	135.780	137.867
Valor justo dos ativos	-	-
Situação financeira	135.780	137.867
Restrição do déficit contratado	2.644	12.084
Valor líquido de passivo de benefício definido	138.424	149.951

26.3. Outros benefícios a empregados

Assistência médica e odontológica

A movimentação no valor presente da obrigação do Plano Médico no exercício atual é apresentada a seguir:

	2019	2018
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	297.745	300.100
Custo dos serviços correntes	174	117
Custo dos juros	24.218	25.985
Perda atuarial	28.618	(9.408)
Benefícios pagos	(20.307)	(19.049)
Valor presente das obrigações atuariais	330.448	297.745
A movimentação no valor justo dos ativos do Plano Médico no exercício atual é apresentada a seguir:		
Contribuições do empregador	14.636	12.857
Contribuições dos participantes do plano	5.671	6.192
Benefícios pagos	(20.307)	(19.049)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-
Os valores apurados no resultado de dezembro de 2019 e os valores projetados para o exercício de 2020 são apresentados a seguir:		
	2020	2019
Custo dos serviços correntes	156	521
Custo dos juros	20.387	22.112
Valor esperado de contribuições dos empregados	(5.814)	(6.192)
Despesa no final do exercício	14.729	16.441
O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:		
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(330.448)	(297.745)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	(330.448)	(297.745)

Auxílio funeral

A movimentação no valor presente da obrigação do Auxílio Funeral no exercício atual é apresentada a seguir:

	2019	2018
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.943	1.647
Custo dos juros	164	147
(Ganho)/Perda atuarial	120	163
Benefícios pagos	(37)	(14)
Valor presente das obrigações atuariais	2.190	1.943
A movimentação no valor justo dos ativos do Auxílio Funeral no exercício atual é apresentada a seguir:		
Contribuições do empregador	37	14
Benefícios pagos	(37)	(14)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-
Os valores apurados no resultado de dezembro de 2019 e os valores projetados para o exercício de 2020 são apresentados a seguir:		
	2020	2019
Custo dos juros	140	164
Despesa no final do exercício	140	164
O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano (Auxílio Funeral) é apresentado a seguir:		
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(2.190)	(1.943)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	(2.190)	(1.943)

Seguro de vida em grupo

A movimentação no valor presente da obrigação do Seguro de vida no exercício atual é apresentada a seguir:

	2019	2018
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.879	1.556
Custo dos juros	154	135
Perda atuarial	1.688	475
Benefícios pagos	(604)	(287)
Valor presente das obrigações atuariais	3.117	1.879
A movimentação no valor justo dos ativos do Seguro de vida no exercício atual é apresentada a seguir:		
Contribuições do empregador	604	287
Benefícios pagos	(604)	(287)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-
Os valores apurados no resultado de dezembro de 2019 e os valores projetados para o exercício de 2020 são apresentados a seguir:		
	2020	2019
Custo dos juros	194	154
Despesa no final do exercício	194	154
O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:		
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(2.190)	(1.943)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	(2.190)	(1.943)

Seguro de vida em grupo

A movimentação no valor presente da obrigação do Seguro de vida no exercício atual é apresentada a seguir:

	2019	2018
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.879	1.556
Custo dos juros	154	135
Perda atuarial	1.688	475
Benefícios pagos	(604)	(287)
Valor presente das obrigações atuariais	3.117	1.879
A movimentação no valor justo dos ativos do Seguro de vida no exercício atual é apresentada a seguir:		
Contribuições do empregador	604	287
Benefícios pagos	(604)	(287)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-
Os valores apurados no resultado de dezembro de 2019 e os valores projetados para o exercício de 2020 são apresentados a seguir:		
	2020	2019
Custo dos juros	194	154
Despesa no final do exercício	194	154
O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:		
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(2.190)	(1.943)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	(2.190)	(1.943)

26.4. Obrigação total do IRB Brasil RE

A seguir é apresentada a abertura da provisão relativa a benefícios pós-emprego a cargo do IRB Brasil RE entre circulante e não circulante:

	2019	2018
Circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões (i)	19.989	19.593
Assistência médica e odontológica (iii)	19.427	18.679
Assistência médica e odontológica - provisão para eventos ocorridos e não avisados (ii)	418	365
Seguro de vida em grupo (iii)	331	215
Auxílio funeral (iv)	104	111
	40.269	38.963
Não circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões (i)	118.435	130.358
Assistência médica e odontológica (iii)	311.021	279.066
Seguro de vida em grupo (iii)	2.786	1.664
Auxílio funeral (iv)	2.086	1.832
	434.328	412.920

(i) Benefício pós-emprego - aposentadoria

A Companhia custeia os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

(ii) Benefício pós-emprego - assistência médica e odontológica

Planos de autogestão com cobertura médica (ambulatorial), cirúrgica (internação), obstetrícia e odontológica, além de reembolsos e benefício farmácia para empregados ativos, aposentados e pensionistas, bem como os dependentes destas categorias; para os empregados admitidos até 31 de maio de 2004. Os dependentes podem ser cônjuges, filhos (até 24 anos) e pais, com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir de 1º de junho de 2004, só podem ser considerados dependentes cônjuges e os filhos (até 24 anos). Para aqueles que ingressaram a partir de 14 de outubro de 1996, o IRB Brasil RE arca com 50,0% do custeio do plano, isto é, dos valores das tabelas I e II (itens 5.1.4 e 5.1.5 da seção 1 das Normas do PCAM (Plano de Contribuição de Assistência Médica) e os empregados e beneficiários, com a outra parcela equivalente aos outros 50,0%. Para aqueles que ingressaram até 13 de outubro de 1996, a contribuição do empregado e seus dependentes varia de 0,3% a 2,0% do valor das rubricas que formam a base salarial de referência. As contribuições são descontadas mensalmente de seu salário, variando assim conforme a data de admissão, valor da base salarial (%) e faixa etária (tabelas).

(iii) Benefício pós-emprego - seguro de vida

Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB Brasil RE arca com 100,0% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50,0% do prêmio. A participação do funcionário é opcional. Os aposentados por tempo de contribuição que desejam permanecer na apólice ao se aposentarem, arcam integralmente com o prêmio. O IRB Brasil RE arca integralmente com o custo do prêmio dos aposentados por invalidez.

(iv) Benefício pós-emprego - auxílio funeral

Este benefício é disponibilizado apenas para os empregados admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R\$ 1.344,87 para funeral simples, R\$ 1.554,63 para cremação e R\$ 2.640,80 para funeral com cremação.

26.5. Consolidação dos efeitos - Benefício pós-emprego

Estão apresentados a seguir os valores consolidados quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no resultado do exercício e no patrimônio líquido - outros resultados abrangentes foram os seguintes:

	2019	2018
Total dos valores reconhecidos no resultado do exercício:		
Benefício definido	2019	2018
benefícios	2019	2018
Outras provisões (PEONA)	2019	2018
Total	2019	2018

Custo do serviço	-	-	174	117	-	-	174	117
Custo dos juros	11.180	11.923	24.536	26.267	-	-	35.716	38.190
Contribuições pagas	25	32	12.674	10.286	-	-	12.699	10.318
Asset ceiling	(54.932)	(112.355)	854	(1.780)	-	-	(54.078)	(114.135)
Outras movimentações	-	-	-	-	54	92	54	92
Total valores reconhecidos	(43.727)	(100.400)	38.238	34.890	54	92	(5.435)	(65.418)
Total dos valores reconhecidos no balanço patrimonial decorrente das obrigações abrangentes:								
Benefício definido	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
(Ganhos)/perdas atuariais...	6.906	7.889	30.426	(8.770)	37.332	(8.811)	(2.000)	(2.000)
Outras movimentações	(9.440)	(3.416)	-	-	(9.440)	(3.416)	-	-
Total valores reconhecidos	(2.534)	4.473	30.426	(8.770)	27.892	(4.297)	-	-

26.6. Análise de sensibilidade

Em consonância com o CPC 33 - Benefícios a Empregados, encontra-se demonstrado a seguir a análise de sensibilidade da Administração em relação as premissas financeiras e atuariais consideradas críticas:

Sensibilidade na taxa de desconto

PLANO A	Taxa real	2,8%	3,0%	3,5%	3,8%
Taxa nominal (*)		6,1%	6,3%	6,8%	7,1%
Obrigação de benefício definido	1.649.622	1.607.354	1.527.967	1.490.669	
Impacto com o cenário principal	83.354	41.086	(38.301)	(75.599)	

PLANO B	Taxa real	2,8%	3,0%	3,5%	3,8%
Taxa nominal (*)		6,1%	6,3%	6,8%	7,1%
Obrigação de benefício definido	162.524	161.354	159.177	158.164	
Impacto com o cenário principal	2.270	1.011	(1.076)	(2.000)	

PRE 68	Taxa real	2,8%	3,0%	3,5%	3,8%
Taxa nominal (*)		6,1%	6,3%	6,8%	7,1%
Obrigação de benefício definido	140.089	137.905	133.711	131.697	
Impacto com o cenário principal	4.209	2.125	(2.069)	(4.083)	

Demonstrações contábeis

Período findo em 31 de dezembro de 2019



REAL PUBLICATION

continuação

27.6. Imobilizado

Ativo Imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O Imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis de uso próprio (terreno e edifício) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004, com base em laudos de peritos independentes. De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não foram efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a) - %	Anos
Edificações	4,0	25
Móveis e utensílios	10,0	10
Equipamentos de informática	20,0	5
Veículos	20,0	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente de forma integral ou parcial se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

27.7. Propriedades imobiliárias de investimento

A Resseguradora detém 100,0% do controle da empresa IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A., que possui certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil. A Resseguradora utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o CPC 28 - Propriedade para Investimento) para avaliação destes ativos.

Os ativos imobiliários de investimento de sua subsidiária são depreciados pelo método linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação por 3 anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV.

27.8. Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

27.9. Provisões

(a) Provisões técnicas

• A provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída pela parcela dos prêmios emitidos no exercício, de riscos não decorridos dos contratos. Tem por objetivo cobrir as despesas futuras, dentre elas, os sinistros que serão pagos pelo IRB Brasil RE. É apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato. Em complemento a essa provisão, é constituída a provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), calculada com base em uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram emitidos, sendo apurada a partir de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial.

• A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída pela estimativa do valor a indenizar indicada nos avisos de sinistros recebidos dos resseguradores e das sociedades seguradoras e é ajustada, diariamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais e jurídica. O saldo da PSL contém o volume referente à provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, descrita abaixo.

• A provisão para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, na data-base de cálculo, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, na data-base de cálculo.

• A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes.

• A provisão para excedentes técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superavit* técnico na operacionalização de contratos.

• Provisão de despesas relacionadas (PDR), referente às despesas próprias com a regulação dos sinistros e a provisão complementar de cobertura (PCC), que deverá ser constituída quando for verificada insuficiência do montante total de passivos da Companhia, no teste de adequação de passivos.

(b) Teste de adequação de passivos - TAP (Liability adequacy test - LAT)

O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro, em linha com os requisitos do CPC 11 - Contratos de Seguro. Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Se apurada insuficiência, esta deve ser reconhecida na Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Os fluxos de caixa são agregados por grupos de ramos de acordo com suas similaridades, adicionando a discriminação dos contratos em moeda nacional e estrangeira, observadas as divisões entre prêmios registrados e futuros e sinistros ocorridos.

Para apurar o valor presente dos fluxos de caixa estimados, utiliza-se o desconto financeiro obtido através do modelo de Svensson para as curvas de cupom de IPCA, pré-fixada e cupom variável.

O IRB Brasil RE tem seus produtos do ramo vida estruturados no regime de repartição simples, portanto não são utilizadas tábuas de mortalidade para projeção de fluxos de caixa.

A premisa de sinistralidade utilizada no TAP é calculada considerando a estimativa proveniente dos sinistros incorridos, considerando a experiência histórica da Companhia.

A premisa da estimativa do ativo de retrocessão é calculada considerando as informações do ativo de retrocessão, referente às provisões de prêmios e sinistros, comparado às provisões técnicas correspondentes.

O IRB Brasil RE acompanha periodicamente sua sinistralidade, índice combinado e teste de adequação de passivos visando manter o equilíbrio técnico-atuarial de seus contratos.

(c) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes

As provisões judiciais de natureza civil, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno da Companhia, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços. As provisões judiciais de natureza civil operacional, objeto de contestação judicial, são calculadas e contabilizadas, também, com base em percentuais específicos, os quais são calculados a partir da análise do histórico de encerramento dos correspondentes processos judiciais, que considera a relação dos valores desembolsados com os processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. Tais percentuais de probabilidade de perda foram aplicados às contingências civis operacionais existentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis consolidadas.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "outros débitos", no passivo não circulante. As contingências de natureza civil estão contabilizadas na rubrica "sinistros a liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências civis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada.

Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica depósitos judiciais e fiscais, no ativo não circulante e são corrigidos pela taxa Selic.

Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

27.10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada ano final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no final de cada exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada ano final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, atualmente 25,0% para imposto de renda e 15,0% para contribuição social. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada ano final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

27.11. Benefícios a empregados

A cada trimestre é realizada uma avaliação atuarial para apuração dos montantes a serem contabilizados a título de obrigação de benefícios pós-emprego. Nesta avaliação são determinados também os componentes necessários à aferição das parcelas a serem reconhecidas em Resultados e em Outros Resultados Abrangentes, tais como custos, ganhos e perdas atuariais, juros, dentre outros. Os benefícios pós-emprego do IRB Brasil RE incluem benefícios de aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida, plano médico e auxílio funeral.

(a) Benefícios de aposentadoria

Para os planos de aposentadoria classificados como de benefício definido é utilizado o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações e seus respectivos custos de serviço corrente e passado, quando aplicável.

Para o plano de contribuição variável, administrado pela PREVIRB, a obrigação da patrocinadora é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período, além do risco atuarial atrelado aos benefícios de risco.

A obrigação com benefícios de aposentadoria, quando reconhecida no balanço patrimonial, representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais, pelo custo dos serviços, pelo custo dos juros e pelos benefícios pagos ao longo do exercício.

(b) Outros benefícios pós-emprego

Os planos de saúde, seguro de vida e auxílio funeral preveem a manutenção vitalícia ou temporária, de acordo com o estabelecido na legislação aplicável.

O montante apurado das obrigações relativo a estes planos segue metodologia atuarial semelhante àquela aplicada aos benefícios definidos descritos anteriormente.

27.12. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa detentora de ações, compra ações do próprio capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido da Companhia.

27.13. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica obrigações a pagar, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos adicionais propostos, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis consolidadas, mas antes da aprovação pela assembleia de acionistas, é registrada na rubrica proposta de distribuição de dividendos adicionais, no patrimônio líquido.

27.14. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida de cancelamentos. A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB Brasil RE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

(a) Prêmios de resseguro

Os prêmios de resseguro são contabilizados como prêmios emitidos a partir da sua aceitação. Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguros ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

No caso de contratos de resseguro facultativos, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo da vigência do risco.

No caso de contratos de resseguro automáticos o prêmio emitido é considerado da seguinte forma:

• Contratos não proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.

• Contratos proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor de prêmio estimado pela cedente para todas as apólices que serão cobertas pelo contrato de resseguro durante sua vigência. Prêmio Estimado - esta estimativa é proporcional ao percentual de participação do ressegurador e ponderada por um percentual de performance estabelecida pela experiência do ressegurador. Estes prêmios são ajustados a cada prestação de contas encaminhada pela cedente, normalmente com periodicidade trimestral.

(b) Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

27.15. Despesa com sinistros e comissões

As despesas com sinistros são contabilizadas pelo regime de competência e são determinadas com base em conceitos e premissas definidas em nota técnica atuarial, conforme descrito na Nota 27.9(a).

As comissões são diferidas e amortizadas, exceto para as operações de riscos decorridos cujas comissões são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, com base no prazo de vigência dos contratos de resseguro. As comissões relativas a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguro ainda não foram emitidos, são calculadas atuarialmente.

27.16. Custo de aquisição diferido

O Custo de Aquisição é o valor pago a título de comissão ao corretor e é considerado como despesa em sua contabilização. Esse valor é passível de diferimento, devendo ser apropriado ao resultado na mesma proporção em que é feita a apropriação da provisão de prêmios não ganhos. O custo de aquisição diferido é apurado operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato e estimado atuarialmente no caso da RVNE, conforme previsto em legislação vigente.

27.17. Demonstração dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes estão sendo apresentadas em quadro demonstrativo próprio e compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido pelo CPC. São apresentados considerando a possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

27.18. Normas novas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

IFRS 9/CPC 48 - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros que substitui o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores do IFRS 9. O IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, *impairment* e *hedge accounting*. O IFRS 9 é efetivo para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. Com exceção da contabilidade de *hedge*, é necessária uma aplicação retrospectiva, mas fornecer informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de *hedge*, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

Em setembro de 2016, o IASB emitiu alterações ao IFRS 4/CPC 11 para tratar de questões decorrentes das diferentes datas efetivas do IFRS 9 e do novo padrão de contratos de seguro (IFRS 17). Em dezembro de 2017, a CVM através da Deliberação CVM 788, estabeleceu alterações semelhantes ao CPC 11. A SUSEP, até o momento, não se manifestou acerca do IFRS 9/CPC 48.

As alterações introduzem duas opções alternativas de aplicação do IFRS 9/CPC 48 para as entidades emissoras de contratos no âmbito do IFRS 4/CPC 11: uma isenção temporária; e uma abordagem de sobreposição. A isenção temporária permite que as entidades elegíveis adiem a data de implementação do IFRS 9/CPC 48 para períodos anuais com início antes de 1º de janeiro de 2021 e continuem a aplicar o IAS 39/CPC 38 aos ativos e passivos financeiros. Uma entidade pode aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 se: (i) não tiver aplicado anteriormente nenhuma versão do IFRS 9/CPC 48, além dos requisitos para apresentação de ganhos e perdas em passivos financeiros designados como valor justo por meio do resultado; e (ii) suas atividades estão predominantemente relacionadas com o seguro em sua data de relatório anual que precede imediatamente 1º de abril de 2016. A abordagem de sobreposição permite que uma entidade que aplica o IFRS 9/CPC 48 reclassifique da demonstração do resultado para outros resultados abrangentes o valor do resultado obtido no final do período das demonstrações contábeis para os ativos financeiros designados, sendo o mesmo que se a seguradora tivesse aplicado o IAS 39/CPC 38 aos ativos financeiros designados.

Uma entidade pode aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. Uma entidade pode começar a aplicar a abordagem de sobreposição quando aplica o IFRS 9/CPC 38 pela primeira vez.

Em 2017, a Administração realizou uma avaliação das alterações ao IFRS 4/CPC 11 na controladora e no consolidado e chegou à conclusão de que em ambos os casos suas atividades estão predominantemente relacionadas com o seguro na data base de 31 de dezembro de 2015. Até dezembro de 2019, não houve mudanças significativas nas atividades da Companhia que exigiram uma nova avaliação. A Administração verificou que o IRB Brasil RE cumpre os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e optou por adiar a aplicação do IFRS 9/CPC 48 até a data efetiva da nova norma de contratos de seguro (IFRS 17). Portanto, o IRB Brasil RE optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 aos seus ativos e passivos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018 até a data efetiva do IFRS 17.

O IFRS 9/CPC 48 exige que a classificação de ativos financeiros seja determinada por uma avaliação de modelo de negócios e teste de fluxos de caixa contratuais denominado "Solely Payment of Principal and Interest" (SPPI), isto é, ativos financeiros cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros que não passarem no teste de SPPI serão mensurados pelo valor justo através da demonstração de resultados. Para os ativos que passam no teste de SPPI, um teste de modelo de negócios avalia o objetivo de manter o ativo. Uma avaliação do modelo de negócios para ativos financeiros pode ser resumida da seguinte forma:

(i) Os ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado se forem mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos a fim de coletar fluxos de caixa contratuais (modelo de negócios "Hold to collect");

(ii) Os ativos financeiros serão mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes se forem mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros (modelo de negócio "Hold to collect and sell");

(iii) Os ativos financeiros serão mensurados ao valor justo por meio do resultado se não atenderem aos critérios do modelo de negócios de "Hold to collect" ou "Hold to collect and sell";

(iv) As entidades também têm a opção de designar um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado se isto elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (inconsistência contábil).

No intuito de gerar comparabilidade entre as empresas seguradoras que adotaram o IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 e o IRB Brasil RE, a Administração, em atendimento aos requerimentos de divulgação adicional dispostos nas alterações do IFRS 4/CPC 11, avaliou todos os seus ativos financeiros, no intuito de identificar aqueles cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. O quadro abaixo demonstra, de forma segregada, o valor justo ao final do exercício das demonstrações contábeis e o valor da alteração no valor justo durante esse período para os ativos financeiros que passam no teste de SPPI e para os outros ativos financeiros, isto é, ativos financeiros que não dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto, que satisfaça à definição de mantido para negociação do IFRS 9/CPC 48 ou que seja gerenciado e cujo desempenho seja avaliado com base no valor justo.

Valor justo dos ativos financeiros ao final do exercício

	Consolidado	
	Valor justo em 2019	Varição do valor justo entre 2018 e 2019
Ativos financeiros - SPPIs	11.177.660	906.895
Caixa e equivalente de caixa.....	35.864	-
Créditos das Operações	-	-
Seguradoras e Resseguradoras.....	5.509.765	2.463
Titulos de Créditos a receber.....	1.339.405	901.203
Titulos de Renda Fixa - Públicos	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (I).....	2.067.744	526
Notas do Tesouro Nacional.....	625.672	12.730
Operações compromissadas.....	404.845	-
Titulos da Dívida Soberana.....	985.008	-9.249
Titulos de Renda Fixa - Privados	-	-
Letras Financeiras.....	47.540	85
Titulos de Renda Variável.....	-	-
Ações de empresas nacionais.....	42.101	-
Aplicações no Exterior	-	-
American Deposits Receipt.....	8.352	-863
Depósito a prazo fixo no exterior.....	111.364	-
Outros Ativos Financeiros	215.280	320
Quotas de Fundos de Investimento	-	-
Quotas Fundos de Renda Fixa.....	47.478	-
Contratos Índices.....	31.555	-
Quotas Fundos Não Exclusivos.....	13.727	-
Titulos de Renda Fixa - Privados	-	-
Debêntures.....	62.792	320
Quotas de Fundos de Investimento Imobiliários	-	-
Fundos Imobiliários Exclusivos.....	59.728	-
Total	11.392.940	907.215

Valor justo dos ativos financeiros ao final do exercício anterior

	Consolidado	
	Valor justo em 2018	Varição do valor justo entre 2017 e 2018
Ativos financeiros - SPPIs	10.379.136	42.568
Caixa e equivalente de caixa.....	43.131	-
Créditos das Operações	-	-
Seguradoras e Resseguradoras.....	4.688.356	21.835
Titulos de Créditos a receber.....	438.202	303.982
Titulos de Renda Fixa - Públicos	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (I).....	3.717.852	(3.025)
Notas do Tesouro Nacional.....	443.848	24.231
Operações compromissadas.....	414.182	-
Titulos de Renda Fixa - Privados	-	-
Letras Financeiras.....	25.901	(154)
Titulos de Renda Variável.....	-	-
Ações de empresas nacionais.....	82.986	-
Aplicações no Exterior	-	-
Papéis de renda fixa (HSBC).....	29.875	(448)
Depósito a prazo fixo no exterior (IV).....	640.040	-
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.....	6.819	83
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies.....	2.043	11
Short-Term Investments.....	871	-
Sec Issued by States & Terr.....	1.025	7
Corporate Securities.....	4.721	28
Outros Ativos Financeiros	591.335	(3.936)
Quotas de Fundos de Investimento	-	-
Quotas Fundos Exclusivos.....	148.742	43
Quotas Fundos Não Exclusivos.....	38.860	-
Titulos de Renda Fixa - Privados	-	-
Debêntures.....	39.862	(4)
Notas Comerciais.....	2.506	(1)
Quotas de Fundos de Investimento Imobiliários	-	-
Fundos Imobiliários Não Exclusivos.....	29.094	1.866
Aplicações no Exterior	-	-
Titulos de Renda Fixa - Públicos.....	248.840	(4.562)
American Deposits Receipt (II).....	6.553	(1.278)
Quotas de Fundos de Investimentos não Exclusivos.....	76.878	-
Total	10.970.471	38.632

Para todos os ativos financeiros que passam nos testes de SPPI, a Administração avaliou a exposição ao risco de crédito, incluindo concentrações significativas de risco de crédito. O quadro abaixo contém estes ativos classificados por risco de crédito, bem como os respectivos valores contábeis e, para aqueles que a Administração entende que o risco de crédito é maior do que baixo, também o respectivo valor justo.

Classificação do grau de risco de crédito

	Consolidado	
	Risco de crédito	Valor contábil em 2019
Ativos financeiros - SPPIs		
Caixa e equivalente de caixa.....	baixo	35.864
Créditos das Operações	-	-
Seguradoras e Resseguradoras.....	moderado	5.330.351
Titulos de Créditos a receber.....	baixo	179.414
Titulos de Renda Fixa - Públicos	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (I).....	baixo	2.067.744
Notas do Tesouro Nacional.....	baixo	625.672
Operações Compromissadas.....	baixo	404.845
Titulos Soberanos.....	baixo	985.008
Titulos de Renda Fixa - Privados	-	-
Letras Financeiras.....	baixo	47.540
Titulos de Renda Variável.....	-	42.101
Aplicações no Exterior	-	-
Depósito a prazo fixo no exterior (IV).....	baixo	111.364
American Deposits Receipt (II).....	baixo	8.352
Quotas de Fundos de Investimento	-	92.760
Quotas Fundos Não Exclusivos.....	-	-
Debêntures.....	baixo	62.792
Quotas de Fundos de Investimento Imobiliários	-	-
Fundos Imobiliários Exclusivos.....	baixo	59.728
Total		10.053.535</

Demonstrações contábeis

Período findo em 31 de dezembro de 2019



continuação

Parecer do Conselho de Administração

O **Conselho de Administração do IRB-Brasil Resseguros S.A.**, em cumprimento ao disposto no artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404/76 e no artigo 31, item V do Estatuto Social da Companhia e considerando o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, se manifestou favoravelmente às Demonstrações Contábeis do IRB Brasil RE e ao Relatório da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, observados os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações posteriores. No tocante à Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2019, o Conselho também se

manifestou favoravelmente à proposta de dividendos de R\$ 1.183.342.071,68 (R\$ 1.2707 por ação ordinária e Golden Share), correspondendo a 71% do lucro líquido ajustado. Sendo R\$ 172.378.732,65 (líquido de impostos) já pagos conforme aprovado em 06.11.2019 a título de juros sobre capital próprio, o valor de R\$ 51.113.053,20 (líquido de impostos) a título de complemento de juros sobre capital próprio, a parcela remanescente no montante de R\$ 195.348.071,25 a título de complemento de dividendo mínimo obrigatório (R\$ 0,2098 por ação ordinária e *Golden Share*), e R\$ 764.502.214,68 (R\$ 0,8209 por ação ordinária e *Golden Share*) a título de dividendos adicionais propostos.

Parecer do Conselho Fiscal

O **CONSELHO FISCAL DO IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas do IRB Brasil RE em 31 de dezembro de 2019. Com base nesse exame e à luz do relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 18 de fevereiro de 2020, é de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período.

Ivan de Souza Monteiro Presidente	Alexsandro Broedel Lopes Conselheiro	Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2020	Werner Romero Süffert Conselheiro	Thais Ricarte Peters Conselheira	Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2020	Reginaldo José Camilo Presidente	Gabriela Soares Pedercini Conselheiro Titular	Pedro Bramont Conselheiro Titular
Vinicius Jose de Almeida Albernaz Conselheiro	Maria Elena Bidino Conselheira		Roberto Dagnoni Conselheiro	Marcos Bastos Rocha Conselheiro		Otavio Ladeira de Medeiros Conselheiro Titular		

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário referente às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas de 31.12.2019

Ao **Conselho de Administração do IRB-Brasil Resseguros S.A.**, O Comitê de Auditoria ("Comitê") do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB") é órgão consultivo estatutário, constituído em consonância com a Resolução CNSP nº 321/2015, vinculado diretamente ao Conselho de Administração e tem por finalidade: (i) assessorá-lo em suas funções de auditoria e fiscalização, principalmente na avaliação da qualidade das demonstrações contábeis, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, pela Superintendência de Seguros Privados – Susep e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; (ii) avaliar a efetividade e suficiência do sistema de controles internos e de gestão de riscos; e (iii) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao IRB e suas empresas controladas, além de regulamentos e políticas internas. O presente relatório, emitido em observância ao artigo 136 da Resolução CNSP nº 321/2015, apresenta, de forma resumida, as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário, relativas a análises e ao acompanhamento das ações da administração visando a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2019, sendo que tais atividades decorreram das informações recebidas nas diversas reuniões realizadas ao longo de 2019 e 2020 como: (i) a Administração; (ii) auditores independentes; (iii) auditoria interna; (iv) responsáveis pela gestão de riscos, de controles internos e compliance; (v) gestor da área de controladoria; e (vi) demais áreas operacionais e administrativas.

Os controles internos e a gestão de riscos têm sido motivo de constante avaliação e acompanhamento por parte deste Comitê. A Administração do IRB Brasil RE continuou atuando no aperfeiçoamento dos

sistemas de controles internos e da gestão de riscos, visando torná-los efetivos e adequados ao atual porte e complexidade dos negócios do IRB e suas empresas controladas.

O Comitê manteve com os auditores independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes – um canal regular de comunicação para discussão dos planejamento, execução e resultados dos exames de auditoria e de todos os aspectos contábeis relevantes, o que permitiu aos seus membros avaliar a qualidade dos trabalhos realizados e as situações que pudessem afetar a efetividade, a objetividade e a independência da auditoria independente, dando como plenamente satisfatório os trabalhos desenvolvidos.

De forma similar, o Comitê supervisionou as atividades da auditoria interna, acompanhando o planejamento, a execução e os resultados dos seus trabalhos ao longo de 2019 e, especialmente, as providências saneadoras adotadas pela Administração, decorrentes de recomendações para regularizações e aperfeiçoamentos dos processos de controles internos.

De acordo com as informações prestadas pela auditoria independente, auditoria interna, áreas de compliance, gestão de riscos e controladoria, não foi constatado qualquer registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração do IRB, que indicasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade dos seus negócios ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas encerradas em 31.12.2019 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, bem como em atendimento às normas expedidas pela Comissão de Valores

Mobiliários – CVM. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do IRB, incluídas as notas explicativas, foram examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

A Administração do IRB, responsável pela elaboração, apresentação e integridade das referidas demonstrações contábeis, forneceu aos auditores independentes todos os dados, documentações, informações e condições necessárias para o efetivo desempenho do objeto da prestação de seus serviços. O Comitê de Auditoria Estatutário, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, especialmente da controladoria, das áreas de compliance e de gestão de riscos, da auditoria interna e da auditoria independente, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2020.

Jerônimo Antunes Coordenador	Adriana Queiroz de Carvalho Membro	Maria Elena Bidino Membro	Roberto Westenberger Membro
--	--	-------------------------------------	---------------------------------------

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores do IRB Brasil Resseguros S.A. ("Companhia") declaram, para os fins do disposto no parágrafo 1º do artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis individuais e consolidadas do IRB Brasil RE, contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2020

José Carlos Cardoso Presidente	Fernando Passos Vice-Presidente Executivo, Financeiro e de Relações com Investidores	Lucia Maria da Silva Valle Vice-Presidente Executiva de Riscos e Conformidade
--	--	---

Parecer dos Atuários Independentes

Em atendimento à Resolução CNSP 321/2015 e suas alterações e conforme o CPA 002

do Instituto Brasileiro de Atuária em 31/12/2019.

Referente à: IRB-Brasil Resseguros S.A.

Emitido por: Ernst & Young Serviços Atuariais SS.

Aos Aclonistas e Administradores do IRB-Brasil Resseguros S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras, bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção do IRB-Brasil Resseguros S.A ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de

Atuária - IBA e, também, com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção do IRB-Brasil Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em

todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020.

Ricardo Pacheco - MIBA 2.679 Ernst & Young Serviços Atuariais SS CNPJ 03.801.998/0001-11 - CIBA 57 São Paulo Corporate Towers, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 Torre Norte, 04543-011 São Paulo - SP, Brazil
--

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Aclonistas e Administradores

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Escopo da Auditoria

Em atendimento às práticas de governança do **IRB-Brasil Resseguros S.A.** ("Resseguradora"), examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Resseguradora em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Considerando o disposto no artigo 109 da Resolução CNSP 321/2015, que estabelece a obrigatoriedade da substituição periódica do atuário independente a cada 5 (cinco) exercícios sociais completos, a qual passou a ser requerida em relação a PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. a partir do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, nossa atuação como auditor atuarial da Resseguradora assumiu um caráter complementar, tendo em vista que a Resseguradora contratou outro atuário independente para o atendimento dos requerimentos normativos e princípios atuariais mencionados no primeiro parágrafo acima.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Resseguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de

retrocessão registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Resseguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Resseguradora. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Aclonistas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa (método direto) para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do IRB-Brasil Resseguros S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa (método direto) para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IRB-Brasil Resseguros S.A. e do IRB-Brasil Resseguros S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, inclusive as aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Resseguradora e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Resseguradora e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2018.

Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de resseguros (Notas 9, 19 e 27.9)

Em 31 de dezembro de 2019, a Resseguradora e suas controladas possuem obrigações derivadas de seus contratos de resseguros que estão registradas na rubrica "Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões" ("Provisões Técnicas") nas demonstrações contábeis. A determinação dos valores de provisões técnicas dos contratos de resseguros envolve julgamento relevante da Administração na elaboração de metodologias para a mensuração dessas provisões, com base em premissas determinadas e suportadas pelas informações e experiência da equipe atuarial da Resseguradora.

Adicionalmente, a Administração realiza o teste de adequação de passivos ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro. O TAP envolve a apuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados brutos de retrocesso, descontados por taxa obtida por meio do modelo de Svensson para as curvas de cupom de IPCA prefixada e cupom cambial. O TAP também considerou premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na Nota 27.9.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes premissas e metodologias para a mensuração e o reconhecimento dessas provisões técnicas podem resultar em impactos relevantes na mensuração dessas provisões e nos resultados da Resseguradora.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes da efetividade dos controles internos relevantes relacionados ao processo de registro, avaliação e aprovação das provisões técnicas de resseguros e dos ativos de retrocesso da Resseguradora. Consideramos, ainda, os controles de aprovação das notas técnicas atuariais da Resseguradora pelos responsáveis finais técnicos, confirmando se estes tinham as qualificações e experiência apropriadas. Adicionalmente, testamos as principais premissas financeiras e atuariais utilizadas pela Administração na determinação das provisões e comparamos com as premissas adotadas pelo mercado e/ou com base no histórico da Resseguradora, empregando procedimentos que incluem cálculos, testes de

consistência e análises qualitativas dos principais saldos das provisões técnicas e ativos de retrocesso em 31 de dezembro de 2019, testando a adequação e a integridade das bases de dados utilizadas de emissão de apólices e de sinistros ou de contratos de retrocesso, conforme o caso, por meio de técnicas de auditoria por computador.

Consideramos que as premissas utilizadas na determinação das Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões são razoáveis, o resultado do cálculo das provisões reflete as premissas utilizadas e as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas.

Porque é um PAA

Receita de prêmios emitidos líquidos de contratos de resseguros (Notas 25.1 e 27.14)

A mensuração da receita de prêmios líquidos de contratos de resseguros é um processo complexo em virtude das diversas variáveis que são utilizadas em sua apuração, dentre as quais se destacam: (i) a análise e a aceitação do risco no processo de subscrição; (ii) o processamento e a contabilização do prêmio conforme os tipos de contratos - facultativos ou automáticos - e; (iii) os critérios de repartição dos prêmios - proporcionais e não proporcionais. Dessa forma, são necessários a consideração de diversos aspectos na apuração das estimativas e o reconhecimento da receita de prêmios emitidos nos montantes e períodos corretos.

Consideramos o reconhecimento da receita de prêmios emitidos de contratos de resseguros como relevante em nosso processo de auditoria devido aos montantes envolvidos e as inúmeras peculiaridades envolvendo o processo de aceitação do risco, bem como o seu reconhecimento contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e teste da efetividade dos controles internos relevantes do processo de subscrição, de reconhecimento da receita de prêmios emitidos e dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esses processos e controles.
- Utilização de técnicas de auditoria por computador para confirmar a integridade dos dados operacionais de prêmios emitidos para posterior comparação com os montantes registrados no sistema contábil.
- Em base amostral, testes de transações das operações de resseguros com foco nas confirmações das variáveis contratuais mencionadas, inspeção de documentação -suporte (contratos e apólices), e análise da aderência às políticas aplicadas para o reconhecimento dos prêmios efetivos e estimados derivados dos referidos contratos e apólices.
- Testes de liquidação subsequente de prêmios emitidos, com a inspeção de documentos que comprovem o recebimento dos montantes registrados contabilmente.

Como resultado da aplicação desses procedimentos, consideramos que as variáveis utilizadas no reconhecimento da receita de prêmios emitidos de contratos de resseguros são consistentes com as políticas contábeis da Resseguradora e suas controladas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Resseguradora e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Resseguradora. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a referir a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, inclusive as aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, do **IRB-Brasil Resseguros S.A.** em 31 de dezembro de 2019, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Resseguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. Rua do Russel 804 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil 22210-907 CNPJ 02.646.397/0004-61 - CIBA 105	Vitor Neves Martins Puresa MIBA 1091
--	--

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Resseguradora e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forcemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo o uso permitido de informações de dependência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
